

Milícia rural ganha cobertura para agir

Incendiário toca fogo na floresta e acusa os bombeiros pelo crime

HORA DO POVO
ANO XXX - Nº 3.736 4 e 5 de Dezembro de 2019

★ ★ ★ ★ ★



Estimulou os incêndios, deu guarida a grileiros, desmontou fiscalização

Bolsonaro, mesmo depois da farsa de Alter do Chão ter caído insistiu nela: “A casa caiu. O que eles fizeram? O que é mais fácil? Tacar fogo no mato. Tira foto, filma, manda para a ONG”. Quando Bolsonaro disse o que está acima, ele sabia que os quatro presos de Alter do Chão já estavam soltos – por absoluta falta de provas, ou mesmo indícios, contra eles, como notou o mesmo juiz que decretou sua prisão dois dias antes. Bolsonaro sabia perfeitamente quem ateara fogo na mata, em Alter do Chão, até porque fora ele mesmo quem os açulara. **Página 3**

I REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Facebook

Trump ataca o Brasil estimulado pela subserviência de Bolsonaro

Comeu e jogou o bagaço fora: EUA sobretaxa o aço e o alumínio brasileiro

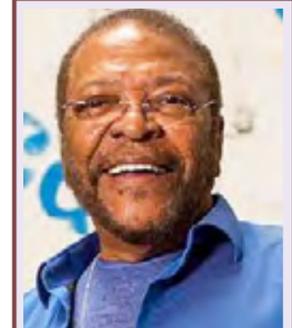


Laranjão ajudou EUA levar Embraer, abaixar tarifas aqui, atritar Brasil com vizinhos etc

Donald Trump anunciou que voltará com as sobretaxas sobre o aço e alumínio vindos do Brasil e da Argentina. A alta do dólar, disse Trump, não é boa para os agricultores norte-americanos. “O Brasil e a Argentina têm promovido uma forte desvalorização de suas moedas, o que não é bom para nossos agricultores. Então irei, imediatamente, retomar as tarifas sobre todo aço e alumínio embarcado para os EUA a partir desses países”, atacou Trump, através de seu Twitter. A sobretaxa de Trump será de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, se repetida a ação de 2018. A resposta de Jair Bolsonaro foi a mais subserviente possível. Disse não ver como “retaliação” Donald Trump sobretaxar o aço e o alumínio brasileiros e disse que mantém “um canal aberto” com ele. “A economia deles não se compara com a nossa, dezenas de vezes maior que a nossa. E não vejo isso como uma retaliação”, respondeu Bolsonaro. **Página 3**

“Medidas de Guedes agravarão a crise”, afirma Nilson Araújo

O economista Nilson Araújo de Souza afirmou que as medidas implementadas pelo governo Bolsonaro, longe de favorecer a retomada do crescimento, irão agravar o quadro recessivo. “O PIB brasileiro experimentou forte queda a partir de abril de 2014 até o final de 2016. Em 2017 e 2018, patinou em 1%, isto é, ficou “quicando” no fundo do poço. Neste ano de 2019, depois das projeções “alviscáveis” de que superaria os 2%, talvez nem repita a taxa medíocre do fatídico 1%”, disse. Na avaliação de Nilson, “a ameaça no horizonte de nova crise do balanço de pagamentos” traz um agravante sério para a crise econômica. **Pág. 2**



“Racismo é doença e esse Sérgio Camargo está em estado terminal”, afirma Martinho da Vila

O cantor e compositor Martinho da Vila imitou Noel Rosa, e perguntou a Sérgio Nascimento de Camargo, indicado por Bolsonaro para dirigir a Fundação Palmares, “quem é você que não sabe o que diz?”. Nascimento, um negro defensor da escravidão, havia ofendido Martinho, chamando-o de um “vagabundo” que “deveria ser mandado para o Congo”. **Página 3**

Bolsonaro ataca Folha e se mete em assuntos de países vizinhos

Jair Bolsonaro voltou a atacar o jornal Folha de S. Paulo no sábado (30), depois de proibir a participação do órgão de imprensa em uma licitação para a Presidência da República. **Página 3**

Ouvidoria pede o afastamento de PMs que agiram em Paraisópolis

A ouvidoria das polícias de São Paulo pediu o afastamento dos policiais que participaram da ação na favela de Paraisópolis contra um baile funk, que deixou 9 jovens mortos no sábado. As vítimas foram pisoteadas após uma emboscada de PMs em uma viela na comunidade, onde jovens foram espancados. **Pág. 4**

“Guedes quer implantar modelo que está pegando fogo nas ruas do Chile”, diz José Luis Oreiro

“O Brasil não está em emergência fiscal e a PEC deve ser rejeitada”, afirmou o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro, no Senado, sobre a “PEC Emergencial” proposta por Guedes. **Pág. 2**



Empresários criticam ataques contra a democracia

Grupo de empresários condena ataques de Bolsonaro à democracia

O Grupo de Instituições Fundações e Empresas (GIFE), que tem entre seus sócios o empresário Jorge Paulo Lemann, divulgou nota pública afirmando que “a atitude predominante do governo federal em relação às organizações de promoção da cidadania e da participação social na vida pública tem sido a de fomentar a desconfiança e desqualificação, quando não a sugestão recorrente de criminalização da atuação dos mais diversos atores na sociedade”. Diz ainda que “o ano de 2019 tem sido marcado pela profunda hostilidade oficial à atuação do terceiro setor e da sociedade civil no Brasil”.

A entidade de empresários condenou a “ação voluntarista e nebulosa da Polícia Civil do Pará deflagrada na última terça-feira contra o Projeto Saúde e Alegria e outras organizações dedicadas à preservação ambiental” e afirmou que “a difusão de práticas com esse padrão tem também de forma inquietante tornado-se evidente no nosso cotidiano público, e é preciso lembrar com igual ênfase que não se coadunam em nada com a democracia, mas antes com regimes de exceção ou autoritários”.

Nota pública: 2019, Cidadania e Estado de Direito

“No marco da erosão crescente do nosso ambiente democrático, o ano de 2019 tem sido marcado pela profunda hostilidade oficial à atuação do terceiro setor e da sociedade civil no Brasil.

“Desde o chamado ainda na campanha eleitoral para literalmente “botar um ponto final em todos os ativismos no país”, a atitude predominante do governo federal em relação às organizações de promoção da cidadania e da participação social na vida pública tem sido a de fomentar a desconfiança e desqualificação, quando não a sugestão recorrente de criminalização da atuação dos mais diversos atores na sociedade.

“Sem que possa surpreender, essa atitude abre caminho para a escalada da estigmatização e intimidação em múltiplos níveis da nossa vida pública. De forma também crescente, professores, jornalistas, artistas, cientistas e outras vozes plúrais têm sido alvo de censura e desqualificação por seus trabalhos. A ação voluntarista e nebulosa da Polícia Civil do Pará deflagrada na última terça-feira contra o Projeto Saúde e Alegria e outras organizações dedicadas à preservação ambiental e à provisão de serviços para a população do estado constitui assim um passo a mais nesse processo, trazendo a novo e grave patamar o ambiente de ameaças à ação cívica no país. A cadeia que leva da prática oficial à mobilização do aparelho de estado e de bases virtuais de apoio na sociedade para o cerceamento e perseguição da pluralidade já não tem como ser ignorada pelos que prezam a liberdade, a democracia e a possibilidade de construção de soluções públicas no país.

“Atacar a sociedade civil e todos que nos vários âmbitos da cidadania dedicam suas vidas e melhores energias para contribuir com nossa existência coletiva é atacar a própria perspectiva de uma sociedade exitosa, inovadora, capaz de mobilizar ideias, recursos e competências para enfrentar seus desafios – sociais, econômicos, ambientais ou de qualquer natureza. Todos prezamos a ética, a transparência e a qualidade na ação pública – na política, na gestão governamental, no setor privado e assim por diante. O GIFE, ao lado de diversos outros parceiros na filantropia, no investimento social e na sociedade em geral, dedica-se ao longo dos seus 25 anos à promoção desses valores e práticas, como ilustram nos últimos anos nossos Indicadores de Governança, Painel de Transparência, ação pela qualificação do ambiente legal e a sustentabilidade econômica da sociedade civil, entre inúmeros outros esforços. Mas isso não se confunde com o endosso a práticas arbitrárias e obscuras por agentes públicos, voltadas antes à instrumentalização do aparato de poder para fins particulares do que para algo que se identifique com os objetivos esperados da ética e da justiça. A difusão de práticas com esse padrão tem também de forma inquietante tornado-se evidente no nosso cotidiano público, e é preciso lembrar com igual ênfase que não se coadunam em nada com a democracia, mas antes com regimes de exceção ou autoritários.

“Nes, não avançamos. Uma sociedade civil livre, dinâmica e forte é parte fundamental de toda sociedade bem-sucedida. Pela razão simples de que é dela, de sua vitalidade e pluralidade, que vêm antes de tudo as energias, engajamentos e ideias que nos movem na formação de soluções e caminhos públicos em todas as dimensões – do cotidiano comunitário nas ruas, bairros e cidades ao debate de ideias e à colaboração com as políticas públicas nos vários níveis, passando pelas capacidades para acompanhar, monitorar e garantir a qualidade e integridade da ação governamental”. Leia a nota na íntegra no site do HP: <https://horadopovo.com.br/grupo-de-empresarios-divulga-nota-contra-ataques-a-democracia-promovidos-por-bolsonaro/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Medidas de Guedes agravam crise econômica, afirma Nilson Araújo



Foto: Nilson Araújo

Para o professor Nilson Araújo, Bolsonaro está longe de retomar o crescimento

“Saída não está nestas PECs, mas na revogação do teto dos gastos”, afirma o professor José Luis Oreiro

O professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro desmascarou a chamada PEC Emergencial (Proposta de Emenda Constitucional 186/2019) proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, no dia 25 de novembro.

“O Brasil não está em emergência fiscal e a PEC deve ser rejeitada”, afirmou Oreiro.

Para ele, “a grande emergência do Brasil hoje é reduzir os índices de desemprego. Problema da mais alta gravidade”.

Segundo Oreiro, “a situação fiscal brasileira pode, em certo sentido, ser caracterizada como urgente, mas não uma emergência”.

“A dívida pública brasileira, de fato, se encontra em patamar elevado, mas sua taxa de crescimento está declinando. O ritmo de crescimento da dívida está desacelerando. O que significa que, em algum momento, a dívida pública como proporção ao PIB (Produto Interno Bruto) vai se estabilizar ao longo dos próximos anos”, disse.

“Não estamos em trajetória explosiva da dívida, ela vai se estabilizar, sem dúvida é uma situação desconfortável mas, me desculpem, isso não é uma emergência”, enfatizou.

Oreiro destacou que o grande aumento da dívida pública brasileira ocorreu entre 2014 e 2016 por causa da recessão econômica que teve início em meados de 2014. “Não foi por causa do aumento de gastos do governo que a gente teve esse grande aumento na dívida”, declarou. Citando dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ressaltou que entre setembro de 2014 e final de 2017 a arrecadação real despencou 9%.

“As despesas obrigatórias desde 2015/2016 estão mais ou menos estáveis em termos

reais e as despesas discricionárias estão caindo. Cadê o aumento descontrolado de despesas da União, pelo menos? Os dados não mostram isso. E narrativa pura e simples”, enfatizou.

“O déficit primário e nominal do setor público apresentaram uma expressiva redução nos últimos anos. Se houve emergência fiscal, ela ficou para trás, não é agora, indicando uma indiscutível melhora na situação fiscal do setor público”, destacou.

“A taxa implícita de juros sobre a dívida líquida do setor público apresentou uma redução expressiva nos últimos três anos indicando uma redução no risco de default percebidos pelos demandantes de títulos da dívida pública, ou seja, o mercado não está vendo a emergência fiscal que o governo está vendo em algum lugar, mas só o governo está vendo isso”.

Para o economista, “a emergência fiscal brasileira é autoimposta. O problema é que a PEC 95 do teto de gasto congelou as despesas primárias da União em termos reais por um período de dez anos, num contexto em que a população cresce a taxa de 0,8% ao ano, aumentando assim a demanda por serviços públicos, ou seja, saúde, educação e assistência social, e a taxa de crescimento dos benefícios previdenciários, pré-reforma da Previdência, variavam entre 3,5% a 4% ao ano em termos reais”.

“Neste contexto”, analisa, “o atendimento ao teto de gastos só se mostrou possível nos últimos anos com a redução gradativa da assim chamada despesa discricionária, a qual inclui os investimentos. Isso é o que leva à ameaça de shutdown das atividades governamentais em 2021”.

“Agora, a saída não é reduzir os gastos com o funcionalismo público”, afirmou.

Segundo ele, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), “esses gastos estão estáveis

como proporção do PIB há mais de 20 anos e são inferiores, inclusive, no país que o sr. ministro da Economia diz que é o modelo para o Brasil, que é o Chile”.

“Portanto, a saída não está nestas PECs [Emergencial, Fundos Públicos e Pacto Federativo], mas na revogação do teto dos gastos”.

“Os funcionários públicos são vistos por esta administração como a ‘fonte da ganstância’. Dados do IPEA DÁTA mostram que de 1997 a 2018 a despesa com pessoal e encargos da União está estável. A despesa bruta, a média foi de 4,31% do PIB e a despesa líquida de 4,13%. Uma estabilidade há mais de 20 anos. Aonde está a ganstância com os funcionários públicos? Isso é fake news!”, afirmou.

Ao analisar dados do FMI sobre gastos do governo central brasileiro de 2010 a 2017, que inclui despesas com juros, o governo brasileiro estava gastando 33% do PIB, só a União. “Quando a gente olha a composição desses gastos, 4,22% são gastos com funcionalismo público, o gasto com juros, 8,80%, o dobro do gasto com funcionalismo público! O gasto social, que é o Estado de bem-estar social brasileiro – os gastos com a Seguridade Social, gastos com Assistência Social e os gastos relacionados a emprego (seguro-desemprego, abono salarial, etc)-, isso é 12% do PIB, é aí que o estado brasileiro gasta”.

“Agora, vamos comparar com a variável que é país modelo, que é o Chile. O Chile gasta 22% do PIB. Ele gasta com o funcionalismo público mais do que o Brasil, 4,83%. Agora, aonde que o Chile não gasta? Os gastos com benefícios sociais é menos da metade do brasileiro, 4,90%. Esse é o modelo de estado que este governo quer. Ele quer destruir o Estado de bem-estar social brasileiro e implantar este modelo do Chile que está pegando fogo nas ruas de Santiago!”.

Musa do veneno diz que preço da carne vermelha vai continuar alto

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que o preço da carne vermelha esteve muito baixo nos últimos três anos e que agora não vai “voltar ao que era”. Somente em novembro, o preço médio da carne vermelha subiu 5,26%, dez vezes mais do que em outubro.

Tereza Cristina considera que “a carne ficou por 3 anos com valor muito baixo. Isso faz com que o mercado sintam mais essa subida”, disse.

Com a alta da exportação de carne vermelha, que passou de 123 mil toneladas em janeiro para 185 mil toneladas em outubro, e a

falta de proteção aos preços para o mercado interno, os preços da carne dispararam no Brasil.

Em São Paulo, o preço do quilo da carne atingiu a máxima histórica de R\$ 15,79 na segunda-feira (25).

A exportação cresceu principalmente por conta de uma busca maior do mercado chinês.

Segundo a ministra, “vai ter uma estabilização. Não vai ter mais essas puxadas. Mas não tem perigo de voltar ao que era. Mudou o patamar. Já tinha mudado o da soja, do milho”.

Além do preço alto da carne, Tereza Cristina também defende a liberação cé-

lere de agrotóxicos no país. Segundo a Musa do Veneno, como é conhecida por sua paixão pelo produto, os agrotóxicos não fazem mal à saúde.

“Ninguém está pondo veneno no prato de ninguém. Consumidor nenhum brasileiro está sendo intoxicado”, declarou a ministra.

Na semana passada, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a liberação de comercialização de 57 novos agrotóxicos, dois inéditos. O número de produtos liberados chega a 439 produtos no governo Bolsonaro.

“O PIB, após forte queda em 2015/2016 e patinar no fundo do poço em 2017/2018, talvez nem repita a taxa medíocre de 1%”

O economista Nilson Araújo de Souza afirmou, em entrevista ao HP, que as medidas implementadas pelo governo Bolsonaro, longe de favorecer a retomada do crescimento, irão agravar o quadro recessivo. “O PIB brasileiro experimentou forte queda a partir de abril de 2014 até o final de 2016. Em 2017 e 2018, patinou em 1%, isto é, ficou “quicando” no fundo do poço. Neste ano de 2019, depois das projeções “alvissareiras” de que superaria os 2%, talvez nem repita a taxa medíocre do fatídico 1%”, disse.

HP – Alguns setores, inclusive do governo, afirmam que a economia brasileira está em recuperação. Que houve em outubro, segundo o CAGED, a criação de mais de 70 mil postos de trabalho. Reportagens na mídia chegaram a afirmar que as máquinas da indústria voltaram a ser ligadas. O ex-governador Ciro Gomes contestou essa avaliação dizendo que subir dois degraus depois de cair 14 não significa retomada da atividade econômica. Qual é a sua avaliação?

NILSON – O PIB brasileiro experimentou forte queda a partir de abril de 2014 até o final de 2016. Em 2017 e 2018, patinou em 1%, isto é, ficou “quicando” no fundo do poço. Neste ano de 2019, depois das projeções “alvissareiras” de que superaria os 2%, talvez nem repita a taxa medíocre do fatídico 1%.

As pessoas se perguntam então: por que a economia não volta a crescer se a taxa Selic reduziu para um patamar relativamente baixo: 5% em termos nominais e menos de 2% em termos reais? O problema é que não se está utilizando a “economia” feita com a redução dos juros para aumentar o investimento público, principal alavanca do crescimento. Ao contrário, tem sido barbaicamente ceifado.

Com a ameaça no horizonte de nova crise do balanço de pagamentos, as expectativas para o crescimento da economia não são muito promissoras. Pior ainda, se o governo responder à crise das contas externas com o retorno da elevação dos juros, como forma de conter a fuga de dólares.

HP – O ministro da Economia, Paulo Guedes, estimulou a especulação cambial com uma declaração de que o dólar poderia continuar a subir. No mesmo dia o Banco Central fez duas intervenções vendendo dólares e a moeda americana não caiu. Por que, na sua avaliação, o dólar está subindo de preço? Como você analisa esses episódios envolvendo o comportamento de Guedes e do BC?

NILSON – O ministro, no último dia 25, declarou em Washington, literalmente, o seguinte: “é bom se acostumar com o câmbio mais alto e juros mais baixos por um bom tempo”. Com isso, jogou mais lenha na fogueira da disparada do câmbio, pois, se o próprio ministro da Economia está dizendo que o dólar vai subir, os especuladores tenderão a testar. Mas, na verdade, ele apenas jogou mais lenha numa fogueira que já existia.

O dólar já vinha se valorizando desde o começo do mês, particularmente desde o fracasso, do ponto de vista

do governo, dos leilões do pré-sal (é bom lembrar que, do ponto de vista do interesse nacional, os leilões foram um sucesso, pois foi a Petrobrás que ganhou, mas o que o governo queria era entregar para grupos estrangeiros, que não compareceram). A causa imediata desse aumento da moeda estadunidense é a fuga de dólares.

Houve uma queda de US\$ 22,7 bilhões nas reservas internacionais brasileiras nos últimos cinco meses, atingindo US\$ 40 bilhões nos últimos 12 meses. Mas se intensificou no período recente: de acordo com projeção do banco suíço UBS, a evasão de dólares dos últimos três meses, se anualizada, chegaria a US\$ 75 bilhões. Existem causas estruturais para essa fuga de dólares. Em primeiro lugar, a crise capitalista mundial, mesmo com altos e baixos, persiste, e tende a se agravar, com as ameaças de recessão ou forte desaceleração no horizonte.

Nesse quadro, o dólar tende a evadir-se dos lugares que os especuladores consideram menos seguros para garantir o “repatriamento”. E o Brasil é um forte candidato. Em artigo recente do economista José Luis Oreiro, ele relembra duas notícias publicadas no jornal Valor Econômico: “A primeira referente ao déficit crescente da indústria de transformação no Brasil, o qual nos últimos 12 meses se encontrava em US\$ 31,5 bilhões de dólares. A segunda referente ao déficit cambial brasileiro que acumulava o valor de US\$ 21, 2 bilhões até novembro do corrente ano”.

O déficit cambial é a manifestação da fuga de dólares que já mencionei e resulta de uma situação mais estrutural: a redução do superávit comercial brasileiro, que, depois de haver atingido US\$ 66,9 bilhões em 2017, caiu para US\$ 58,6 bilhões em 2018 e, neste ano, projeta US\$ 47,25 bilhões.

Com a redução do superávit comercial, os especuladores começam a temer pela possibilidade de “repatriamento” de suas aplicações no Brasil. Parte dessa redução do superávit se explica pela crise mundial, agravada pela guerra comercial movida pelos EUA contra a China, mas tem entre suas principais causas estruturais o “déficit crescente da indústria de transformação”, que resulta, por sua vez, da “abertura econômica” praticada nas últimas três décadas e que vem desindustrializando o país.

Neste sentido, estou de acordo com a conclusão do artigo de Oreiro: “A continuidade da agenda liberal de Paulo Guedes – que prevê inclusive uma nova rodada de redução das alíquotas de importação – pode estar plantando as sementes da próxima crise do balanço de pagamentos. Se assim for o velho General Restrição Externa poderá voltar novamente ao campo de batalha pondo fim a mais um experimento liberal na América Latina”. O governo pode tentar evitar isso voltando a aumentar a taxa de juros do BC, mas o resultado, já conhecido, será agravar o quadro recessivo.

Leia a entrevista completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/pais-esta-no-fundo-do-poco-e-medidas-de-guedes-agravam-situacao-affirma-nilson-araujo/>

Informalidade é recorde em outubro

A informalidade no país renovou recorde e alcançou 41,2% dos trabalhadores brasileiros no trimestre encerrado em outubro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira (29) através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua). Em números, são 38,751 milhões de pessoas trabalhando sem direitos, sem estabilidade ou por conta própria.

O universo de trabalhadores por conta própria é de 24,446 milhões de brasileiros – desses, 19,466 não tem CNPJ. Sobre o trimestre anterior, o número de pessoas trabalhando nessas condições cresceu em 219 mil e, em um ano, em 913 mil pessoas, uma alta de 3,9%. Já o trabalhador do setor privado sem carteira assinada alcançou contingente de 11, 852 milhões. O emprego sem carteira no setor privado aumentou em 280 mil vagas em um ano, uma alta de 2,4%. Em um trimestre, foram 194 mil trabalhadores a mais.

O aumento da informalidade teve efeito positivo na taxa geral de desocupação medida pela pesquisa, que caiu de 11,8% no trimestre até setembro para 11,6% no período móvel até outubro.

“O que vemos é uma estabilidade com trajetória de redução marcada pela informalidade”, explicou a analista do IBGE Adriana Beringuy. Apesar da queda da taxa de desocupação, o desemprego ainda é uma realidade para 12,367 milhões de pessoas.



Divulgação

O ato será no Tucarena, na PUC-SP. Entidades denunciam ameaças de Jair Bolsonaro e convocam ato em defesa da Democracia

“Bolsonaro faz ameaça frontal à democracia porque progressivamente eles vão percebendo que a Democracia e a Constituição são obstáculos para a realização do projeto neoliberal”, observou Aldo Arantes (foto), um dos organizadores

“Estamos realizando este ato em defesa da Democracia e da Constituição e convocando toda a sociedade porque temos a percepção que vivemos uma grande ameaça à democracia”, disse o ex-deputado Constituinte Aldo Arantes, um dos organizadores do ato, que se realizará no dia 12 de dezembro, às 19 horas, no Tucarena, teatro da PUC de São Paulo.

No evento será lançado o livro “Por que a Democracia e a Constituição estão Ameaçadas?”, organizado por Aldo que, juntamente com outros autores, fala sobre o processo Constituinte e analisa a situação vivida atualmente pelo Brasil.

“O governo Bolsonaro está fazendo a política de destruição dos direitos dos trabalhadores, das conquistas sociais, a destruição do meio ambiente, enfim, uma situação de combate à Universidade pública, de desmonte do Estado, uma política de violência, de perseguição e ódio contra pobres, negros e comunidade LGBT, ou seja uma ofensiva obscurantista”, denunciou Aldo Arantes.

“Agora, mais recentemente temos ameaças mais graves. Uma ameaça frontal à democracia, porque progressivamente eles vão percebendo que a democracia e a Constituição são obstáculos para a realização do projeto neoliberal”, observou o ex-deputado.

“Hoje, a nível mundial, você tem um contraponto entre a Constituição social, o Estado social e a Constituição para o mercado e o Estado para o mercado. Esta é a grande discussão que se dá a nível mundial e que se dá também no Brasil”, acrescentou o organizador do livro.

“Nós observamos que as classes dominantes estão unidas em relação à economia, à política neoliberal, mas estão divididas em relação aos direitos e os ataques à democracia. Então essa luta contra o governo Bolsonaro deve ser ampliada. Ela pode conquistar amplos setores da sociedade”, diz o autor.

“O livro, do qual eu faço parte como constituinte, procura discutir o processo constituinte, a riqueza e a importância da Constituição”, explica Aldo Arantes.

Ele citou como sintomas do agravamento do quadro político as ameaças da volta do AI-5, ou seja, as ameaças de implantação de um regime ditatorial.

“Essa aplicação, por exemplo, da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) para o campo, a aplicação da excludente de ilicitude, no fundo é direito a matar nas manifestações sociais”, denunciou.

Tem tudo a ver com o que Bolsonaro disse sobre o Chile. A ditadura acabou, mas eles acham que tem que haver ditadura para exatamente impedir as manifestações populares”, observou o ex-constituinte.

Arantes destacou que “é necessário unir amplas forças. Sem essa união, nós não conseguiremos deter esse processo. A união meramente da esquerda é insuficiente”. “Corremos o risco de uma polarização falsa que oide levar a uma vitória de Bolsonaro na eleição de 2022, ou, quem sabe, nem tenha eleição”, prosseguiu.

“Temos que criar uma frente ampla e isso é um processo que envolve várias iniciativas. Temos que agir na Câmara, no Congresso Nacional, etc, para conter determinadas ofensivas, mas nós temos que avançar”, defendeu o dirigente do PCdoB.

O ato em defesa da Democracia e da Constituição está sendo organizado por dezenas de entidades da sociedade civil, como o Centro Acadêmico 22 de Agosto, da Faculdade de Direito da PUC, o Movimento Direitos Já, o Sindicato dos Advogados de São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos da OAB, Associação de Pós-graduandos da PUC, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), CTB, Observatório da Democracia, UJS e outras.

Alter do Chão: incendiários jogam a culpa nos inocentes

Reprodução/Facebook



Queimadas foram vistas por turistas na região de Alter do Chão. Bolsonaro ataca a Folha de S. Paulo e ameaça se intrometer nos assuntos de países vizinhos

Jair Bolsonaro voltou a atacar o jornal Folha de S. Paulo no sábado (30), depois de proibir a participação do órgão de imprensa em uma licitação para a Presidência da República.

“Eu não quero ler a Folha mais. E ponto final. E nenhum ministro meu. Recomendando a todo Brasil aqui que não compre o jornal Folha de S. Paulo. Até eles aprenderem que tem uma passagem bíblica, a João 8:32 [E conhecerão a verdade, e a verdade vos libertará].

A imprensa tem a obrigação de publicar a verdade. Só isso. E os anunciante que anunciam na Folha também”, disse o presidente.

No fim da tarde desta sexta, o subprocurador-geral junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Furtado, apresentou representação em que pede que a Folha não seja excluída da licitação da Presidência.

Para o subprocurador, a retirada do jornal após promessa do presidente Jair Bolsonaro possui motivos que “desbordam dos estreitos limites da via discricionária do ato administrativo”, além de ofender os “princípios constitucionais da impessoalidade, isonomia, motivação e moralidade”.

Neste sábado, o PSB aprovou uma moção de repúdio ao ato de Bolsonaro de excluir a Folha de licitação do governo federal e por incitar boicote contra anunciantes.

O partido estava reunido em conferência no Rio. “A declaração do presidente Bolsonaro corresponde, na prática, a uma espécie de restrição grave à liberdade de imprensa”, afirmou Carlos Síqueira, presidente do PSB.

Além de ameaçar a imprensa, Bolsonaro voltou a ameaçar a democracia no Brasil e nos países vizinhos. Durante solenidade de entrega das espadas

aos novos aspirantes na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ), Bolsonaro disse que “não vai descansar” enquanto os países sul-americanos “não respirarem democracia e liberdade”.

A declaração de Bolsonaro é uma afronta à soberania e um desrespeito aos assuntos internos dos países da América do Sul.

Mais cedo, em Três

Corações (MG), ele voltou a ameaçar os países vizinhos.

“A América do Sul, no momento, ainda vive em alguns países momentos de crise. Mas nós venceremos tudo isso. Pela gratidão, pelo sentimento de irmandade que existe entre nós na América do Sul, nós brasileiros só estaremos felizes quando todos os países da América do Sul, o seu povo também gozar de liberdade e democracia”, afirmou o presidente na cidade mineira.

“A América do Sul, no momento, ainda vive em alguns países momentos de crise. Mas nós venceremos tudo isso. Pela gratidão, pelo sentimento de irmandade que existe entre nós na América do Sul, nós brasileiros só estaremos felizes quando todos os países da América do Sul, o seu povo também gozar de liberdade e democracia”, afirmou o presidente na cidade mineira.

“Racismo é doença e esse Sérgio Camargo está em estado terminal”, diz Martinho da Vila

O cantor e compositor Martinho da Vila imitou Noel Rosa, que usava sambas seus para enfrentar desafetos e perguntou a Sérgio Nascimento de Camargo, indicado por Bolsonaro para dirigir a Fundação Palmares, “quem é você que não sabe o que diz?”

Nascimento, um negro defensor da escravidão, havia ofendido Martinho, chamando-o de um “vagabundo” que “deveria ser mandado para o Congo”.

Foi ao saber dos ataques pessoais do bolsonarista, e de suas opiniões sobre o movimento negro, que Martinho usou a arma de Noel. “Ele é um ignorante, sequer sabe que a Fundação Palmares é uma conquista do movimento negro no governo Sarney. Ele só conseguiu essa nomeação por causa do movimento negro. Se ele não fosse uma pessoa desprezível, cantaria para ele

o samba do Noel: ‘Quem é você que não sabe o que diz? Meu Deus do céu que palpito infeliz!’”, disse Martinho.

O sambista, um dos maiores nomes da música brasileira, falou sobre a nomeação para o cargo. “Acho coerente com este governo, que pensa exatamente igual a tudo que o escolhido disse por aí”, afirmou. Martinho destacou a presença do racismo e classificou-o como uma doença. “Tem bastante, e é triste. O racismo é uma doença, e esse rapaz está em estado terminal”, afirmou Martinho da Vila.

Ele disse que não vai tomar nenhuma medida judicial, “porque ele é desprezível, maluco, imbecil, e eu estaria dando muita atenção”. “Se ele tivesse uma opinião balizada, fosse respeitável, eu poderia até tomar uma atitude, mas deixa para lá. Ele tem tão pouca cultura que nem sabe que

existe mais de um Congo na África! Quer me mandar para o Congo? Qual deles?”, indagou.

“Todo mundo sabe que eu sou trabalhador. Vagabundinho vai lançar livro ‘A matriarca Tereza de Jesus’, sobre a minha mãe, pela editora Malé, em maio. Cheguei nesta quinta-feira (28) de um show no STF em Brasília e sexta-feira (29) vou para o Uruguai fazer um show em Rivera. Mas prefiro ignorá-lo”, prosseguiu o compositor de Vial Isabel.

Sérgio Nascimento de Camargo afirmou que no Brasil não existe “racismo real”, que a escravidão foi “benéfica para os descendentes” e que o movimento negro precisa ser “extinto”. No dia 15 de setembro, ele publicou que no Brasil existe um racismo “nutella”, ao contrário dos Estados Unidos, onde existiria um racismo “real”.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Mesmo soltos por falta de provas e acusação frágil, Bolsonaro insiste em atacar os brigadistas e acobertar os grileiros

Bolsonaro, mesmo depois da farsa de Alter do Chão ter caído – somente não escrevemos “desabado” porque somos gente muito moderada – insistiu nela:

“A casa caiu. O que eles fizeram? O que é mais fácil? Tacar fogo no mato. Tira foto, filma, manda para a ONG, a ONG divulga aquilo, faz uma campanha contra o Brasil, entra em contato com o Leonardo DiCaprio e então o Leonardo DiCaprio, doa 500 mil dólares para essa ONG. Uma parte foi para o pessoal que estava tacando fogo. O, DiCaprio, você está colaborando para a queimada na Amazônia, pô. Assim não dá. Me acusaram de ser conivente com as queimadas. Eu falei que suspeitava de ONGs. Pronto. A imprensa, três, quatro dias, comendo meu fígado.”

Transcrevemos quase tudo o que disse Bolsonaro, apenas porque essa é a marca do crápula. E é muito grave ter um crápula na Presidência da República. Não se trata, somente, de um reacionário. Existem reacionários que não são crápulas. Mas Bolsonaro parece ser reacionário apenas porque é um crápula.

Quando Bolsonaro disse o que está acima, ele sabia que os quatro presos de Alter do Chão já estavam soltos – por absoluta falta de provas, ou mesmo indícios, contra eles, como notou o mesmo juiz que decretou sua prisão, dois dias antes, “para garantia da ordem pública”: “... a autoridade policial não apresentou subsídios ou fatos novos que tornasse imprescindível a manutenção da custódia” (cf. Juiz Alexandre Rizzi, 1ª Vara Criminal da Comarca de Santarém (PA), Despacho, 28/11/2019, p. 2).

Porém, pior ainda: Bolsonaro sabia perfeitamente quem ateara fogo na mata, em Alter do Chão, até porque fora ele mesmo quem os aculara – inclusive ameaçando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e demitindo seu diretor, um dos mais conceituados cientistas brasileiros, Ricardo Galvão, quando a instituição detectou o aumento dos incêndios na Amazônia (v. HP 02/08/2019, [Bolsonaro ameaça Inpe após divulgação de aumento no desmatamento da Amazônia e Diretor do Inpe é demitido por detectar desmatamento incentivado por Bolsonaro](#)).

Mais: foram os seus sequazes que fizeram o sinistro “Dia do Fogo”, no Pará, atecendo incêndios na mata ao redor da BR-163 (v. HP 16/08/2019, [Amparados por Bolsonaro, desmatadores fazem o ‘Dia do fogo’ no Pará](#); HP 26/08/2019, [MPF alertou governo Bolsonaro três dias antes do ‘Dia do Fogo’](#); e HP 27/08/2019, [‘Dia do Fogo’ – Grupo pagou motoqueiros para incendiar áreas florestais](#)).

E ainda existe mais: Bolsonaro sabia que a investigação federal em Alter do Chão apontara para os seus comparsas – cujo *capo*, o miliciano rural Luiz Antônio Nabhan Garcia, ele nomeou para a Secretaria de Assuntos Fundiários – como os criminosos dos incêndios:

“Desde setembro, já estava em andamento na Polícia Federal um inquérito com o mesmo tema. Na investigação federal, nenhum elemento apontava para a participação de brigadistas ou organizações da sociedade civil. Ao contrário, a linha das investigações federais, que vem sendo

seguida desde 2015, aponta para o assédio de grileiros, ocupação desordenada e para a especulação imobiliária como causas da degradação ambiental em Alter” (cf. MPF, Nota, 27/11/2019, grifo nosso).

O prefeito de Santarém – Alter do Chão é um distrito deste município – em mensagem de voz ao governador do Pará, Helder Barbalho, enviada em setembro, afirmou a mesma coisa: “isso é gente tocando fogo para depois querer fazer loteamento, vender terreno”.

Alter do Chão é um balneário, aquilo que os grã-finos americanizados chamam de “resort”. Portanto, especulação – e especuladores – é o que não falta.

A íntegra da mensagem do prefeito Nélio Aguiar (DEM) ao governador Helder Barbalho é a seguinte:

“Governador, bom dia. A Semana [Secretaria de Meio Ambiente] municipal já tá envolvida, mas essa área é uma área de invasões... Tem policial por trás, o povo lá anda armado, o bombeiro só tá com a brigada, o bombeiro não tá indo lá, já falei pro coronel Tito que precisa ir o bombeiro e combater o fogo, logo, imediatamente, tá muito seco, muito sol e a Polícia Militar, a companhia ambiental, tem que ir junto, armada, para identificar esses criminosos, isso é gente tocando fogo para depois querer fazer loteamento, vender terreno, prender uns líderes desses, esses criminosos aí e acabar com essa situação, mas a gente precisa de apoio do Corpo de Bombeiros?”

A mensagem foi divulgada pelo site [Repórter Brasil](#) e confirmada pelo prefeito (aqui, [o áudio da mensagem do prefeito de Santarém](#)).

SANTARÉM

Apesar disso tudo ser evidente para a maioria das pessoas em Alter do Chão e Santarém, no dia 26 um delegado da polícia civil pediu ao juiz Alexandre Rizzi a prisão preventiva de João Victor Pereira Romano, Daniel Gutierrez Govino, Marcelo Aron Cwerner (diretor, vice e tesoureiro da ONG Aquífero Alter do Chão) e Gustavo de Almeida Fernandes (diretor de logística da ONG Saúde e Alegria).

Todos se dedicavam a apagar incêndios na mata amazônica. São membros da Brigada de Incêndio Florestal de Alter do Chão, que atua, com os bombeiros, no combate ao fogo na floresta.

Entretanto, a acusação do delegado foi a de que eles atavam incêndios para obter dinheiro no exterior; em suma, segundo disse a polícia civil ao juiz, eles apagavam os incêndios que eles mesmos atavam.

Presos, os brigadistas tiveram a cabeça raspada, em um indecoroso ritual de humilhação.

A prova apresentada pelo delegado, algumas interceptações telefônicas, provava o contrário, provava “que os brigadistas não agiram senão com o intuito de conter o incêndio” (v. HP 28/11/2019, [Marina critica prisão de brigadistas que combateram incêndio no Pará](#)).

Porém, por que cargas d’água pessoas que, sabidamente, haviam ajudado – e continuavam a ajudar – a conter os incêndios em Alto do Chão estavam sendo investigadas, inclusive tendo seus telefones grampeados?

C.L. www.horadopovo.com.br

CPI aprova audiências para apurar o crime do óleo no litoral brasileiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara com o objetivo de apurar as responsabilidades no caso do vazamento de óleo no litoral brasileiro aprovou, na quinta-feira (28), a realização de audiências públicas com diversas autoridades.

O colegiado foi instalado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no dia 13 de novembro. A comissão é composta por 34 titulares e igual número de suplentes, que terão 120 dias para concluir os trabalhos – prazo este que pode ser prorrogado.

O relator da CPI, deputado João H. Campos

(PSB-PE), apresentou um requerimento junto com o presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), para ouvir diversos especialistas, entre eles oceanógrafos, biólogos, geólogos e químicos.

Também serão ouvidos os ministros de Meio Ambiente, da Saúde e da Defesa, além de dirigentes da Marinha, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), do Greenpeace e da Polícia Federal.

Íntegra em www.horadopovo.com.br

Trump sobretaxa aço e alumínio brasileiros e Bolsonaro diz que ele não fez por mal

Donald Trump anunciou que voltará com as sobretaxas sobre o aço e o alumínio vindos do Brasil e da Argentina.

A alta do dólar, disse Trump, não é boa para os agricultores norte-americanos.

“O Brasil e a Argentina têm promovido uma forte desvalorização de suas moedas, o que não é bom para nossos agricultores. Então irei, imediatamente, retomar as tarifas sobre todo aço e alumínio embarcado para os EUA a partir desses países”, atacou Trump, através de seu Twitter.

A sobretaxa de Trump será de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, se repetida a ação de 2018.

A resposta de Jair Bolsonaro foi a mais

subserviente possível. Disse não ver como “retaliação” Donald Trump sobretaxar o aço e o alumínio brasileiros.

“A economia deles não se compara com a nossa, dezenas de vezes maior que a nossa. E não vejo isso como uma retaliação”, respondeu Bolsonaro.

Jair disse que irá pedir para Trump que não “penalize” o Brasil com as sobretaxas e que tem “quase certeza que ele vai nos atender”. Segundo ele, há um “canal aberto” para conversas com Trump.

“A alegação dele é a questão das commodities. A nossa economia basicamente vem dos (sic) commodities. É o que nós temos e espero que tenha o entendi-

mento dele que não nos penalize no tocante a isso”, declarou.

O chanceler Ernesto Araújo admitiu, no entanto, que Bolsonaro está de braços cruzados e não fez nada ainda.

“Por enquanto, não [Bolsonaro não ligou]. Por enquanto, estamos num nível técnico no sentido de entender as medidas. [...] Sim [sem retaliar]. Vamos conversar, entender a medida. Como eu digo com toda a tranquilidade, não estamos, de forma nenhuma, apurados com isso. [O momento é de] avaliar o impacto, avaliar exatamente o tipo de medida que os Estados Unidos estão pensando”, disse Araújo, expondo a passividade do governo.

Jovens e empresários perdem com projeto de Bolsonaro, afirmam técnicos do Senado

A Consultoria Legislativa do Senado Federal aponta “duvidosa constitucionalidade” no programa “Verde e Amarelo” de Jair Bolsonaro.

A proposta de Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes, a pretexto de criar empregos para os jovens entre 18 e 29 anos, consiste em criar vagas com menos direitos e taxa seguro-desemprego para cobrir o rombo criado por isenção fiscal.

Nesses contratos, que podem durar no máximo dois anos, os patrões recebem diversas isenções, como das alíquotas do sistema S e do Sebrae.

“Esse jovem perde porque haverá menos recursos para os cursos profissionalizantes e menos recursos para o ensino fundamental. Perde o próprio empresário, dada a importante e imprescindível função do SEBRAE de apoio a setor fundamental para a geração de empregos”, avaliam os técnicos do Senado.

“O valor do salário a ser pago nessa modalidade de contrato poderá ser diferente daquele fixado para a categoria em convenção ou

acordo coletivo ou aquele estabelecido em lei”.

“Com isso, dois trabalhadores exercendo a mesma função poderão ter salários diferentes. Pela medida em análise, o jovem, em tese, perde o direito à equiparação salarial. Como fica o preceito da isonomia salarial?”, questiona o órgão.

A Consultoria também crítica “o pagamento parcelado das férias, do 13º salário e da indenização sobre o FGTS”, uma vez que isso desvirtua “a finalidade desses institutos, que foram criados para atender o trabalhador em momentos especiais”.

As empresas ficam isentas de recolher as contribuições previdenciárias sobre as folhas salariais. Para a Consultoria, a medida “é de duvidosa constitucionalidade”.

“A Constituição não admite hipótese de não incidência de contribuição sobre a folha de pagamento, o que nos faz concluir pela inadequação da proposta governamental em isentar tais contribuições sobre os empregados contratados nos termos do contrato verde amarelo”.

Nove pessoas morrem pisoteadas em Paraisópolis após ação da PM

Conselho de Direitos Humanos afirma que vídeos apontam PMs como os responsáveis pela tragédia. Ouvidoria pediu afastamento dos policiais envolvidos

O ouvidor das polícias de São Paulo, Benedito Mariano, pediu o afastamento dos PMs que realizaram ação em um baile funk na favela de Paraisópolis que resultou na morte de 9 pessoas. As vítimas foram pisoteadas após uma emboscada de policiais em uma viela na comunidade.

O pedido foi feito em ofício encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar, que também apura as circunstâncias do caso. “A ocorrência foi desastrosa, pois acabou com tamanho número de mortes. A improvisação e a precipitação podem ter contribuído, direta ou indiretamente, para as mortes dessa tragédia”, disse o ouvidor Benedito Mariano nesta segunda-feira (2).

O ouvidor reforçou que testemunhas do caso podem procurar o órgão para relatar eventuais abusos por parte dos agentes. “Os depoimentos serão encaminhados para o DHPP e para a Corregedoria, solicitando que os termos sejam anexados aos procedimentos apuratórios conduzidos pelos dois órgãos, o que pode ser uma contribuição importante para as investigações”, disse Mariano.

“Foi uma ação desastrosa da Polícia Militar, porque gerou tumulto e morte. Os vídeos mostram torturas, abusos e que os jovens foram encurralados. Demonstram que os PMs são os principais responsáveis pela tragédia. A polícia precisa estar preparada para atuar em situações como essa”, disse Ariel de Castro Alves, advogado e conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Condepe).

Para o conselheiro do Conselho Estadual de Direitos Humanos (Condepe), Ariel de Castro Alves, “foi uma ação desastrosa da Polícia Militar, porque gerou tumulto e morte”.

DÓRIA DIZ QUE PMS SERÃO “PRESERVADOS”

Após todas as imagens de vídeo que comprovam a truculência e o despreparo da Polícia Militar na operação, o governador do Estado de São Paulo, João Dória, considerou durante entrevista coletiva que as mortes não foram provocadas pela PM e que não houve invasão ao baile funk. Ainda segundo ele, os policiais envolvidos no caso serão “preservados”.

Dória corroborou a versão apresentada pelos policiais envolvidos no caso: eles teriam reagido a um ataque de dois criminosos que estavam em uma moto atirando.

No entanto, moradores e frequentadores de Paraisópolis afirmaram que não ocorreu nenhum tiroteio. E sim que a polícia adentrou a favela com o objetivo

de acabar com o baile funk que estava acontecendo.

Os policiais dispararam bombas de efeito moral, motivando correria entre os presentes. Muitos deles se dirigiram para as vielas que cruzam a rua onde ocorria o baile e, neste momento, foram encurraladas por policiais.

Em um vídeo divulgado nas redes sociais, PMs espancam as pessoas que tentam passar pela viela empurrando-as para a rua onde eram realizados os disparos de bombas e balas de borracha. Segundo as testemunhas, foi neste momento que as vítimas foram pisoteadas.

São eles:

- Marcos Paulo Oliveira dos Santos, de 16 anos

- Dennys Guilherme dos Santos Franca, de 16 anos

- Denys Henrique Quirino da Silva, de 16 anos

- Gustavo Cruz Xavier, de 14 anos

- Gabriel Rogério de Moraes, de 20 anos

- Mateus dos Santos Costa, de 23 anos

- Bruno Gabriel dos Santos, de 22 anos

- Eduardo Silva, de 21 anos

- Luara Victoria de Oliveira, de 18 anos

BARBÁRIE

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) condenou a ação da polícia que resultou na morte dos jovens. “Barbárie em Paraisópolis! É preciso uma apuração rigorosa e punição exemplar contra abusos praticados, que resultaram em 9 mortes. Vou propor uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados para acompanhar a apuração dessa brutal violência”, escreveu o parlamentar no Twitter.

“Ações assassinas assim têm sido cada vez mais frequentes. É um massacre, genocídio contra a juventude pobre e negra. O Estado só aparece com a ponta do fuzil. Imaginem o que pode acontecer se a excludente de ilicitude passar? Não à licença para matar!”, completou Orlando Silva, pré-candidato à prefeitura de São Paulo.

O deputado faz referência ao projeto de lei (PL 6125/2019) do governo Bolsonaro que anula penas para policiais que cometem excessos – “sob escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

Sem patrocínio da Prefeitura, Trem do Samba não circula no Rio de Janeiro

Pela primeira vez em 24 anos, o tradicional Trem do Samba não circulou entre a Central do Brasil e a Zona Norte do Rio de Janeiro (RJ) por falta de recursos. O evento era uma das principais comemorações do Dia Nacional do Samba, 2 de dezembro.

O sambista Marquinhos de Oswaldo Cruz, idealizador do projeto, confirmou o cancelamento da tradicional festa este ano. “tentamos de todas as formas, em conversas com a Prefeitura e a Supervia [concessionária dos trens do Rio de Janeiro], mas infelizmente não deu”.

Desde o início da gestão do prefeito Marcelo Crivella, iniciada em 2017, a Prefeitura não apoia o projeto, que vinha seguindo por conta de patrocínios privados. Esse ano, nem isso: “a demonização da cultura numa cidade com vocação para a festa acaba afastando empresas privadas, que não vêem interesse em participar de algo do tipo”, lamentou.

“A demonização da cultura feita pela classe política que nos governa atualmente afugenta as empresas. O samba, que historicamente sempre foi muito marginalizado, acaba enfrentando ainda mais dificuldade”, salientou Marquinhos.

Criado em 1996, o Trem do Samba entrou para o calendário oficial da cidade em 1999. Em 2001, teve início o repasse de verba pública para a festa, com apoio do governo do estado na gestão Garotinho. Em 2002, a prefeitura do Rio passou a injetar dinheiro, com Cesar Maia (2002 a 2008) e Eduardo Paes (2009 a 2016). Desde 2017, com a eleição de Marcelo Crivella, os sambistas não recebem um centavo dos cofres públicos.

“Venho me virando. Em 2017 consegui patrocínio da empresa

de um amigo. No ano seguinte faltou banheiro químico e tive que pedir para os músicos tocarem de graça. É um absurdo essas pessoas trabalharem sem receber em um dia de homenagem a elas!”, ressaltou Marquinhos. Segundo ele, chega em R\$ 700 mil o valor de custo para a realização de uma edição do Trem. “A única parceria que ficou foi a da SuperVia, que disponibiliza espaço e logística”, complementou.

O sambista aponta ainda para o legado social do evento, que arrecadou em 2018, três toneladas de alimentos para instituições que prestam algum tipo de assistência. “O ingresso para o Trem era 1 kg de alimento não-perecível, além disso, foram mais de 100 mil pessoas num evento popular, com 600 músicos, milhares de empregos diretos e indiretos. Em troca, peço ajuda para organizar, conseguir banheiros químicos, dinheiro para pagar o pessoal. Em troca, quanto isso gera para a cidade?”, questiona Marquinhos.

“O Brasil só comemora o Dia do Samba por causa do Trem. Antes dele tínhamos ações pontuais, mas a data ganhou o país depois que criamos esse evento”, salientou Marquinhos.

O Trem do Samba resgata uma tradição de Paulo da Portela, que organizava sambas na malha ferroviária já nos anos 1920. Marquinhos, que também é responsável pela retomada da feijoada da Portela há 15 anos, junto com a Velha Guarda da escola, e também pela Feira das Yabás, em Oswaldo Cruz, não se dá por vencido e afirma: “como eu disse num samba que fiz junto com Luiz Carlos Máximo, eu envergo, mas não quebro. E vou fazer o Trem do Samba em 2020”.



Com bombas de gás e tiros de borracha, policiais dispersaram mais de 5 mil pessoas que estavam no baile funk na comunidade de Paraisópolis



Autora da PEC do Novo Fundeb, Professora Dorinha (DEM-TO) durante ato “Fim do Fundeb ameaça a escola pública brasileira”, alertam entidades na Câmara

Na quarta-feira (27), uma mobilização de parlamentares de diversos partidos e entidades ligadas à Educação realizaram um ato na Câmara dos Deputados pela continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O encontro intitulado como “Dia Nacional em Defesa do Novo Fundeb” foi marcado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) no Salão Verde da Câmara Federal, e contou com a participação da UNE, UBES, ANPG, CONTEE, Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, FNPE, Frente Parlamentar Mista da Educação, FENET, SINASEFE e FASUBRA.

Após o ato, uma delegação se reuniu com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e vários parlamentares que foram solicitar apoio para a aprovação da PEC 15/2015, que torna permanente a manutenção do Fundeb.

Rodrigo Maia se comprometeu a ajudar na negociação para um entendimento e votação da proposta. O objetivo é evitar a queda da legislação que financia, desde 2006, mais de 60% dos gastos na educação básica, da creche ao ensino médio. O modelo atual validade até 2020 e, segundo os manifestantes, corre risco de não ser renovado ou ser precarizado pelo governo Bolsonaro.

O presidente da CNTE, Heleno Araújo, destacou a importância da população conversar com seus deputados e senadores para

mostrar o apoio ao novo Fundeb: “É importante levar esse debate a cada local de trabalho, a cada condomínio e escola. Acabando o Fundeb em 2020 isso significa fechar as escolas públicas. E nós não podemos permitir que isto aconteça! Estamos aqui lutando por um direito universal, básico, humano, que é a educação pública para todos e todas”, disse.

A líder da Minoria da Câmara, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), reforçou a luta para colocar a matéria na pauta da Câmara ainda este ano.

“É fundamental que a gente garanta que esse novo Fundeb possa ser aprovado em curtíssimo espaço de tempo. Essa pauta precisa ganhar a relevância necessária e ganhe a pauta ainda este ano. Esse era o compromisso. Esse texto foi feito a partir de uma construção ampla. Queremos garantir não só nosso compromisso, mas garantir a amplitude suprapartidária para que esse projeto ande e garanta recursos suficientes para manter as escolas”, pontuou.

De acordo com o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Pedro Gorki, a partir de 2021, “a escola pública brasileira poderá entrar em colapso total, caso não seja renovado o Fundeb”, que é responsável por quase metade do investimento em educação no Brasil.

Membro ativo da Comissão de Educação, a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) afirmou que um fundo importante como o Fundeb não pode depender de governos, é preciso virar política de Esta-

do. “O Fundeb já significa um grande avanço, mas agora nós queremos um novo tempo, onde o Fundeb seja permanente, para que o financiamento da educação não fique ao sabor dos humores dos governantes, às intempéries. Esse é o investimento que fará do Brasil um país independente, liberto, sem amarras estrangeiras e com garantia da sua afirmação e identidade nacional”, disse.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) considera que o Fundeb “é fundamental para a manutenção, expansão e melhoria da qualidade de ensino no Brasil. Entretanto, corre o risco de ser extinto. Para evitar tamanho retrocesso, apresentamos em nosso mandato, uma proposta de emenda constitucional para tornar permanente o fundo”, disse.

O deputado federal Bacelar (Pode-BA) que esteve presente no ato, se manifestou em suas redes sociais sobre o encontro “Seguimos na defesa da educação básica! Uma quarta-feira marcada por atos e reuniões pelo Novo Fundeb. UBES, Une, deputados e senadores todos, juntos, na luta pelo ensino público de qualidade. Depois do ato no cafezinho do Salão Verde da Câmara fomos recebidos pelo presidente Rodrigo Maia! A expectativa para que, a principal fonte de financiamento da educação básica seja permanente, é alta! O prazo está acabando. 2020 bate na porta e nossos alunos merecem mais respeito!”, destacou Bacelar.



Valdo com sua esposa, Eliane

Valdo

Na sexta-feira (29/11), quando nós, amigos de Valdo (ninguém, nem ele, o chamava pelo nome da certidão de nascimento, Josevaldo, por inteiro, Josevaldo Albuquerque Bahia), o acompanhávamos pela última vez, lembrei da primeira vez que o vi.

Foi em Belo Horizonte – e não me lembro mais o que eu e ele estávamos fazendo lá.

Pareceu-me muito jovem – o que quer dizer, claro, muito mais jovem que eu. Era noite e bebemos algumas cervejas, entre histórias sobre alguns conhecidos (já dizia o grande Ariano Suassuna: “Bom mesmo é falar mal pelas costas. Falar mal pela frente constrange quem fala e quem ouve. Não custa nada esperar que a pessoa dê as costas”).

Na época, Valdo assumira – interinamente, é verdade – a distribuição da Hora do Povo e fizera um excelente trabalho.

Mas isso foi há uns 30 anos. Depois, em um encontro sobre petróleo, ouvi um dos maiores especialistas no tema designar Valdo como “grande jornalista” – o petróleo foi uma das áreas em que o nosso Valdo mais contribuiu.

Ele iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, em seu Estado, o Pará. Algumas de suas histórias mais engraçadas eram sobre certas peculiaridades paraenses.

Resta dizer que era um homem muito inteligente – inclusive em questões matemáticas. Lembro que, um dia, sabendo das minhas dificuldades para ensinar matemática aos meus filhos, ele recomendou-me uma obra sobre “matemática elementar” (mais especificamente, sobre “fundamentos de matemática elementar”), que fui quase imediatamente comprar.

Descobri que era uma obra em 11 volumes – mas ele não recomendara o livro por brincadeira. Realmente, ele não achava nada excessivo esses 11 volumes para um pai que estava ajudando os seus filhos a aprender alguns rudimentos matemáticos. E até que os livros ajudaram muito.

Valdo era nosso redator – da editoria de política/economia – há largos anos.

Como todos nós, ele tinha os seus defeitos. O maior deles, provavelmente, em seu caso, era não perceber o quanto as pessoas gostavam dele.

Seu funeral, na sexta-feira, mostrou como ele estava enganado.

Entretanto, ele gostava das pessoas – e não somente das que estavam próximas.

Desde jovem, Valdo dedicou a sua vida aos milhões – aliás, bilhões – que não têm quase o que comer, que são excluídos dos benefícios de uma sociedade cada vez mais antissocial.

Ele era, inteiramente, um brasileiro – e, como tal, combatente pela nossa independência e liberdade.

A sua viúva, Eliane, e aos seus irmãos e irmãs, a nossa solidariedade.

CARLOS LOPES

Musa do Veneno libera mais 57 agrotóxicos; total em 2019 chega a 439

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dirigido pela chamada “Musa do Veneno” Teresa Cristina, publicou a liberação de comercialização de 57 novos agrotóxicos, dois inéditos, nesta quarta-feira (27). O número de produtos liberados chega a 439 produtos em 2019.

Anteriormente, a ministra bolsionista já havia defendido a liberação de novos agrotóxicos que, segundo ela, não coloca em risco a saúde dos consumidores nem o meio ambiente. “Ninguém está pondo veneno no prato de ninguém. Consumidor nenhum brasileiro está sendo intoxicado”, declarou a ministra, conhecida como “Musa do Veneno” pelos membros da bancada ruralista.

Do total liberado, 55 são produtos genéricos com base em ingredientes ativos que já estavam presentes em outros produtos existentes no mercado.

Segundo a Teresa Cristina, o Brasil “está muito atrasado”, com relação ao uso de pesticidas e seu objetivo é acelerar ainda mais a liberação de novos agrotóxicos.

A maior parte dos agrotóxicos são produtos que já estão no mercado e que serão comercializados por mais de uma empresa.

Apesar dessas substâncias serem baseadas em compostos que já circulam no mercado e duas novas (Telenomus podisi, outro a base de óleo de casca de laranja) serem menos tóxicas que as atuais disponíveis, concretamente o que se tem visto é um aumento gradual dos agrotóxicos permitidos no país.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo convoca seus associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 11 de dezembro de 2019, em primeira chamada às 19 horas, e em segunda chamada às 20 horas, nesta Capital, na Rua Rego Freitas, 530 sobreloja, nos termos do estatuto em vigor, para deliberar quanto a:

- 1- Ratificação dos atos administrativos;
- 2- Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal.

São Paulo, 1º de dezembro de 2019.

Nilson Araújo de Souza
Presidente em Exercício

Professores protestam contra a retirada de direitos no RS



Manifestação dos servidores em frente ao palácio do governo. Foto: CPERS



Leci afirmou que não aceitará o corte de direitos dos trabalhadores

Deputada Leci Brandão repudia reforma da Previdência enviada por João Doria à Alesp

A deputada estadual Leci Brandão (PCdoB) repudiou a proposta de reforma da Previdência estadual, enviada à ALESP pelo governo em regime de urgência.

Em discurso na sessão Plenária da Assembleia, no último dia 25, a deputada ressaltou que “estamos enfrentando mais um duro golpe, especialmente contra as mulheres”. “Essa proposta vai prejudicar a Previdência dos servidores estaduais. Um tema com tamanha relevância, como este, não pode ser tratado às pressas”. “Mesmo os parlamentares que são simpáticos às reformas estão registrando muitas dúvidas, o que demonstra a necessidade do diálogo. Nossa posição tem sido muito clara e não vamos permitir nenhuma proposta que vá cortar ainda mais os direitos dos trabalhadores”, disse a deputada.

O governador do estado, João Doria, enviou um pacote de reforma – composto por uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 18/2019) e um Projeto de Lei Complementar (PLC 80/2019) – que tem o objetivo de alinhar a Previdência estadual ao texto aprovado pelo governo Bolsonaro no Congresso Nacional, sem a necessidade de esperar a aprovação da chamada PEC “paralela”.

Entre as principais mudanças estão o aumento da idade mínima dos servidores estaduais para 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) e a elevação da alíquota de contribuição de 11% para 14%.

Atualmente os servidores paulistas podem se aposentar ao completar 30 anos de contribuição e 55 anos de idade, no caso das mulheres, e aos 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, para os homens. As mudanças na proposta de Doria visam equiparar exigências de tempo de contribuição para mulheres e homens, que passam a ser de 25 anos de serviço, sendo dez anos no funcionalismo e cinco no cargo. Para a aposentadoria integral, o servidor deverá contribuir por 40 anos.

Com isso, ao se aposentar pela idade mínima, o trabalhador terá acesso ao equivalente a 60% do valor do que era seu salário na ativa. A cada ano a mais trabalhado, após a idade mínima, o servidor obtém mais 2 pontos percentuais, que se acumulam até alcançar os 100%.

“Há uma onda de tachar servidor como trabalhador privilegiado, o que não concordamos. Os servidores trabalham e trabalham muito, sabemos que a realidade dos servidores é muito diferente do falam por aí”, completou Leci.

A pensão por morte será concedida a partir de uma cota mínima de 50% da remuneração do servidor falecido, mais 10% por dependente até que estes completem a idade de 21 anos.

Em relação ao aumento da alíquota, estudos feitos pela assessoria da deputada Professora Bebel indicam que essa mudança provocará um aumento de 27,3% no valor que será retirado dos salários dos servidores. Um trabalhador com salário mensal de R\$ 2.585, por exemplo, atualmente contribui com 11% para a SPPrev, ou R\$ 284,30. Com a reforma, passará a pagar R\$ 361,90, ou seja, R\$ 77,55 a menos no valor do holerite. A regra vale para todos os servidores, independentemente da função.

A PEC ficará em pauta por três reuniões ordinárias e nessa fase poderá receber emendas dos deputados. Após isso, é encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e, se seguir ao Plenário, deverá ser votada em dois turnos.

O Projeto de Lei Complementar (PLC) também fica em pauta por três dias e pode receber emendas. Após isso, o presidente da Casa irá definir em quais comissões irá tramitar antes se seguia ao Plenário.



O procurador Ricardo Albuquerque (PA)

‘Como é que vou ter dívida com esse negócio de Zumbi, esse pessoal aí?’, diz procurador

As agressões racistas a índios e negros e o ódio destilado pelo procurador Ricardo Albuquerque, durante palestra para estudantes de Direito no dia 26, causou espanto na plateia de alunos e professores e o áudio viralizou nas redes sociais.

“Esse problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar até hoje. O índio preferia morrer do que cavar a mina, do que plantar para os portugueses. E foi por causa disso que eles foram buscar pessoas nas tribos, lá na África, para vir substituir a mão de obra do índio aqui do Brasil”, disse o procurador.

E dirigindo-se a uma professora, continuou informando que falaria uma coisa que “talvez muita gente não goste”.

“Isso tem que ficar claro. Pô, me desculpe você aí, se na minha família não tem nenhuma pessoa que tenha ido buscar os navios negreiros na África, como é que eu vou ter dívida com esse negócio de Zumbi, esse pessoal, não tenho”.

Nesta quarta-feira, o Ministério Público do Pará (MPPA) repudiou as declarações do procurador, em nota:

“O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) repudia o teor do áudio que circula nas redes sociais onde constam manifestações do Procurador de Justiça Ricardo Albuquerque da Silva referentes à questão racial de negros e índios, cujo teor reflete tão somente a opinião pessoal do referido membro da instituição”. O MPPA ressaltou ainda “não compactuar com qualquer ato de preconceito ou discriminação a grupos vulneráveis da sociedade”.

A nota ressaltava também que “em relação à questão racial, o MPPA tem trabalhado para assegurar a implementação de políticas públicas para garantir às populações negras e indígenas a efetivação da igualdade de oportunidades”.



Secretário da Previdência Rogério Marinho

Secretário do governo defende o fim das folgas aos domingos para público de empresários

O secretário especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, afirmou em palestra na Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) que o “domingo é um dia de trabalho como outro qualquer”.

O assunto em pauta era a Medida Provisória 905, ou contrato de trabalho “Verde e Amarelo”, como é chamado o conjunto de medidas editadas pelo governo que flexibiliza ainda mais as regras trabalhistas e reduz direitos dos trabalhadores, única solução defendida pela equipe econômica de Bolsonaro para resolver o problema do desemprego de jovens entre 18 e 29 anos.

No encontro com os empresários, Marinho também defendeu a taxação dos desempregados para pagar uma contribuição previdenciária para custear a desoneração da folha.

Marinho disse que as críticas a este ponto da proposta são “ruídos” e que os opositores estão tratando o caso com “malícia”.

Desde que foi encaminhada ao Congresso Nacional a MP tem sido alvo de inúmeras críticas de diversos setores da sociedade, que

apontam inconstitucionalidades e o exagero da flexibilização de direitos que, nas palavras de especialistas da área e dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), nunca resultaram em aumento na criação de postos de trabalho.

A liberação do trabalho aos sábados, domingos e feriados sem a necessidade de acordos ou convenções coletivas já havia sido rejeitada pelo Congresso, quando da edição da MP da Liberdade Econômica, apresentada pelo governo em agosto.

Para o secretário, a MP não é contrária à Constituição ao pretender regulamentar o trabalho aos domingos e feriados já que, segundo ele, o trabalhador continuará tendo um dia de descanso remunerado que “não necessariamente” precisa ser no domingo.

Durante o evento, Marinho pediu o engajamento dos empresários sobre o projeto junto à classe política e aos meios de comunicação, já que a MP vem sofrendo forte resistência também entre os parlamentares, que já apresentaram cerca de 2 mil emendas para modificar o texto.

Toffoli suspende decisão do TST e reduz benefício conquistado pelos funcionários dos Correios

O ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, suspendeu parte da sentença do Tribunal Superior do Trabalho (TST) definida no julgamento do dissídio coletivo dos trabalhadores dos Correios.

A sentença normativa que foi suspensa garantia a manutenção do plano de saúde aos funcionários, na proporção 70 x 30 (coparticipação, sendo 70% empresa, e 30% trabalhador), e a vigência de 2 anos do acordo.

Segundo a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos (Fen-

tect), “no caso da suspensão da Cláusula 28, que trata do plano de saúde, os trabalhadores voltam a pagar 50% de coparticipação, o que vale também para toda despesa médica/hospitalar e odontológica”.

Para a entidade, a decisão do ministro Dias Toffoli “é um ataque direto aos direitos garantidos e a interferência política que confirma a cumplicidade entre interesses diretos do judiciário e do governo Bolsonaro, sobretudo no que diz respeito à privatização dos Correios”.

A sentença foi parte da decisão do TST o dissídio, após a direção da empresa

se recusar a negociar as demandas dos funcionários dos Correios.

Com isso, os trabalhadores realizaram uma greve que durou sete dias. Com o acordo em andamento sob mediação do TST, os funcionários aceitaram interromper a greve até o julgamento ser finalizado.

Na decisão, ficou definida a cobertura do plano de saúde, consultas e exames e a vigência do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) por dois anos. A direção da empresa entrou, então, com pedido de liminar contra a medida, acatada por Toffoli.

Docentes exigem a retirada do pacote que acaba com o plano de carreira da categoria

Milhares de educadores do Rio Grande do Sul participaram de assembleia na terça-feira (26), em frente ao Palácio Piratini, dando continuidade à greve da categoria iniciada no dia 18.

Uma das principais reivindicações dos docentes é que o governador Eduardo Leite retire o pacote de reforma administrativa que faz mudanças no plano de carreira dos professores, enviado em regime de urgência à Assembleia Legislativa. Entre outros pontos, o projeto do governo revê a progressão funcional dos professores. Além disso, outras questões que têm mobilizado a categoria são os salários defasados, com o não pagamento do piso nacional do magistério, e os 47 meses de vencimentos parcelados.

Durante a manifestação, a tropa da Brigada Militar usou spray de pimenta e distribuiu golpes de cassetete contra os professores que ocupavam a frente ao palácio e derrubaram os gradis que cercavam o Palácio. A revolta se deu devido ao descaso dos representantes do governo, que se recusaram a receber o comando de greve para negociar dentro do Palácio. Com isso, o tumulto aumentou e dezenas de pessoas foram feridas, inclusive a presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários e Funcionários de Escola do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers), Helenir Aguiar Schürer.

“Lamentamos profundamente o uso de força desproporcional contra manifestantes, incluindo membros da direção central do CPERS e do Comando de Greve, após a derrubada dos gradis que separavam o Piratini do público presente”, afirma nota do Cpers.

“Como amplamente documentado em imagens, a comitiva do CPERS visava entregar um ofício ao governo do Estado, solicitando a retirada do pacote

da pauta da Assembleia Legislativa”.

“Projetos estes de todo rejeitados pelos educadores (as) e que representam a gota d’água de um massacre que já perdura por cinco anos, deflagrando uma das maiores greves dos 74 anos de história do CPERS”.

Durante a assembleia, os professores aprovaram a continuidade da greve, com mais protestos na próxima quinta-feira (28), mostra pedagógicas na Praça da Matriz e adesão a outras manifestações convocadas pelas demais categorias de servidores públicos.

“A greve continua, com adesão maciça em todo o estado, mais de 80% da categoria paralisada, amplo apoio das comunidades escolares e a compreensão da sociedade, incluindo mais de 200 moções de apoio de Câmaras Municipais e a histórica manifestação da Famurs, entidade que congrega prefeitos e gestores de todas as 497 cidades gaúchas”, resalta o Sindicato dos Professores.

SERVIDORES SE SOMAM À GREVE

Também na terça-feira, servidores públicos estaduais de outras categorias também aderiram à greve por tempo indeterminado.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul (Sintergs), Nelcir André Varnier, os servidores exigem que no mínimo, seja retirado o regime de urgência da tramitação do projeto entre os parlamentares.

“Se somar o número de folhas, são 400. Ele [o governador] quer para ontem. E desumano, as pessoas têm que estudar, têm pareceres jurídicos. Parece uma rasteira, um golpe, ainda mais em fim de ano”, lamenta.

Conforme a entidade, cerca 65% dos funcionários públicos de diversas secretarias estaduais estão em greve.

Governo quer que trabalhador pague pelos processos judiciais no INSS

Outro plano do governo Bolsonaro para arrochar ainda mais os trabalhadores está em curso, segundo divulgou a Folha de S. Paulo, nesta quinta-feira, 28. A equipe econômica de Guedes pretende agora que os trabalhadores arquem com as despesas ao entrar com um processo judicial contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Atualmente, os gastos com um processo são de responsabilidade da União ou dos estados, e os casos mais comuns são de aposentadorias especiais (trabalhadores expostos a agentes nocivos), BPC (benefício pago a idosos carentes e pessoas com deficiência) e aposentadoria rural, ou seja, aqueles que atendem os mais pobres.

É esse “gasto” que o Guedes quer transferir do poder público para o bolso dos mais necessitados, ainda que a ideia seja isentar famílias com renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 2.994) e famílias com renda por pessoa de até meio salário mínimo (R\$ 499). Quem recebe acima disso, teria que arcar com o custo financeiro do processo.

Para a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Brante, a proposta esbarra na constitucionalidade ao impedir o acesso ao Judiciário.

“Ao mudar a lei da Justiça gratuita, estão impedindo o acesso das pessoas ao Poder Judiciário. É inconstitucional fixar um valor de renda para que a pessoa possa entrar na Justiça. Fazer isso para o direito previdenciário é muito pior, pois lidamos com pessoas vulneráveis”, afirma.

A presidente do IBDP argumenta que a mudança poderá atrasar ainda mais a resposta do INSS a requerimentos de aposentadorias e pensões, pois a medida deve elevar significativamente a quantidade de recursos administrativos (ao próprio INSS) quando um pedido é negado.

O projeto ainda prevê que, em caso de falta de documentos necessários no pedido de benefício do INSS, o requerimento deve ser arquivado. Será possível entrar com uma nova solicitação, mas a aposentadoria ou pensão, se concedidas, passam a ter validade a partir do segundo pedido.

OEA constatou e escondeu vitória de Evo no 1º turno

Jornalista Alejandra questiona os interesses do secretário-geral da OEA, Almagro, de esconder a vitória que confere vitória a Evo Morales - El Cohete

"A OEA omitiu a comparação entre as atas digitais e de papel que confirma a vitória de Evo na Bolívia", afirma a articulista argentina Alejandra Dandán em matéria de 1º de dezembro - publicada pelo jornal "El Cohete a la Luna", com o título original de "OEA: o informe escondido" - onde faz extensa análise da documentação referente à auditoria que a OEA integrou acerca dos resultados do primeiro turno das eleições nas quais, uma vantagem a favor de Evo Morales de mais de 10% sobre o segundo colocado, dava ao candidato do partido MAS a reeleição

ALEJANDRA DANDÁN

Há algo escondido na Organização dos Estados Americanos (OEA). Os dados tratam de um dos pontos centrais da Auditoria Eleitoral das eleições de 20 de outubro na Bolívia. A comparação entre as atas digitais com as atas de papel, de uma amostra colhida aleatoriamente ante os observadores internacionais, demonstrou que não havia diferenças significativas. Ou seja, esse processo de verificação mostrou, segundo as fontes, que os resultados oficiais difundidos pelo governo de Evo Morales eram corretos. Portanto, que o Movimento Ao Socialismo, MAS, ganhou as eleições com diferença superior aos 10 %.

El Cohete [jornal argentino] reconstruiu a partir de fontes diplomáticas parte da informação que a OEA ainda não difundiu. De acordo com os dados, é possível dizer que o organismo dirigido pelo uruguaio Luis Almagro difundiu um informe com dados parciais, ocultou os dados da verificação mais importante e não mostrou um padrão de sistematicidade nos problemas incidindo em mudança no resultado. Finalmente, também mentiu em um dado cronológico. Disse que o informe tinha sido concluído um dia antes. Mas quando Almagro dava a conhecer a informação, os diplomatas internacionais puderam ver os técnicos contratados pela OEA ainda trabalhando, muitos sequer tinham se inteirado que o informe estava se dando a conhecer e até tiveram que ser socorridos para abandonar La Paz evacuados às pressas quando começavam os dias de violência que enlutaram a Bolívia.

Enquanto isso, crescem as reivindicações internacionais para que a OEA divulgue o informe final. E Evo Morales antecipa, provavelmente com razão, que quando esse processo acabe demonstrará que não houve fraude.

Tradução: Susana Lischinsky

Pastores angolanos decidem romper com Edir Macedo

Por "orientação do bispo Macedo" se "decidiu vender mais da metade do patrimônio da Igreja Universal do Reino de Deus em Angola, sem prévia consulta aos bispos, pastores, obreiros e membros angolanos", denuncia manifesto assinado por 330 bispos e pastores angolanos exigindo a expulsão dos representantes de Edir Macedo da Universal de Angola.

"RACISMO"

O manifesto, no qual os pastores angolanos, rebeldes contra "nepotismo, racismo e amiguismo", rompem com os chefes brasileiros da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), também afirma que os angolanos pretendem assumir o comando da igreja em Angola.

O documento lido na frente da sede da IURD em Luanda (uma vez que os pastores que o apresentaram foram impedidos de entrar na igreja, como pretendiam, para lerem o documento em seu interior) afirma ainda que "o referido patrimônio inclui residências e terrenos que foram adquiridos e/ou construídos com os dígitos, ofertas e doações dos bispos, pastores, obreiros e membros de Angola".

Segundo a denúncia, "tal decisão do bispo Macedo, em vender o patrimônio acima referido, foi transmitida em

reunião secreta em Luanda, presidida pelo bispo Honorilton Gonçalves, onde apenas alguns poucos pastores e bispos brasileiros participaram e nenhum bispo/pastor angolano teve acesso a tal reunião, nem sequer o representante legal da Igreja".

Vídeo da TV Pública de Angola (TPA) mostra a tensão do momento em que os pastores angolanos são proibidos de entrar na sede da Universal em Angola.

O manifesto acusa ainda que o bispo Macedo de impor aos pastores angolanos a realização de cirurgias de vasectomia:

"Nos últimos doze meses, a anterior e atual liderança brasileira por orientação do bispo Edir Macedo tem forçado os pastores solteiros e casados a submeterem-se a um procedimento cirúrgico de 'esterilização', tecnicamente conhecido como vasectomia, em claras violações graves dos direitos humanos, da lei e da Constituição da República de Angola, práticas estas que são estranhas aos costumes da nossa realidade africana e angolana."

Sob acusações similares, de racismo, afastamento de pastores locais de postos de mando, exploração dos pastores africanos, a Igreja Universal - que se estendeu por diversos países no continente africanos - tem sido alvo de intensos protestos não apenas em Angola.

"As tropas miravam, acertavam e riam", conta ferido na Bolívia



Hidalgo (na foto, ao lado da esposa Marley Losa) descreveu a chacina

"Sem justiça social não há acordo", afirmam as lideranças dos movimentos chilenos

O bloco social e sindical, Mesa da Unidade Social, esteve na sede do governo, a Casa da Moeda para se reunir com o ministro do Interior, Gonzalo Blumei após 41 dias das mais amplas mobilizações desde a retomada da democracia chilena.

Depois do encontro, os dirigentes do movimento chileno afirmaram que houve alguns pequenos avanços mas deixaram claro que "Não haverá paz sem justiça social".

Entre os presentes chegaram no início da manhã os dirigentes da União Nacional de Funcionários Fiscais, José Pérez, Colegiado de Professores, Mario Aguilar, da Central Unica de Trabalhadores, Bárbara Figueroa e Luis Mesina, da Coordenação de Trabalhadores No+AFP (Não mais Administradoras de Fundos de Pensão privados que extorquem o dinheiro dos aposentados), entre outros dirigentes.

O encontro - que os dirigentes sociais e sindicais classificaram como "duro" - durou mais de duas horas. Desde os primeiros momentos, Mario Aguilar, destacou: "Estamos aqui para trazer as demandas dos setores que representamos e deixamos claro que não vamos negociar em detrimento das pessoas".

"As palavras negociação, assim como transação, estão desacreditadas. Em nossa vinda aqui, trazendo as demandas do mundo social, esperamos por respostas e gestos concretos", declarou o dirigente.

Aguilar compareceu ao debate com uma gaze em um dos olhos para lembrar da barbárie ex-



Chilenos ocupam praça rebatizada de "Dignidade"

posta pela polícia chilena (os carabineiros) ao atirar covardemente nos olhos dos manifestantes tirando a visão de mais de 200.

A líder sindical, Bárbara Figueroa, afirmou, à saída do encontro, que, em "um sinal concreto", o representante do governo acordo em que a discussão dos projetos que não correspondem ao conjunto de demandas apresentadas será suspensa

O líder dos aposentados, Luis Mesina afirmou que o ministro se colocou disposto a propor mudanças no sistema que tem deixado grande parte dos aposentados com um terço do salário mínimo. Aguilar advertiu, no entanto, que "não bastam as palavras, e como primeira medida, é fundamental deter a agenda que o Congresso quer levar adiante".

Semana de mobilizações e negociações é coroada com multidão no centro de Santiago

A praça Itália, agora rebatizada pelo movimento popular de Praça da Dignidade, ficou lotada de manifestantes na sexta-feira, mostrando que a mobilização por mudanças está longe de arrefecer.

A concentração, convocada pelas entidades sindicais e sociais e refor-

çada nas redes sociais, foi crescendo com a chegada de manifestantes a partir da 17:00.

A manifestação culminou uma semana de grandes movimentações das forças que se enfrentam no Chile de hoje. Se houve, por um lado, o encontro entre dirigentes populares e governo, de quinta-feira, por outro, o Senado aprovou por 22 votos a favor, 11 contra e 1 abstenção o projeto que amplia o espaço para a repressão.

Já a Câmara dos Deputados aprovou uma Acusação Constitucional contra o ex-ministro do Interior, Andrés Chaldwick, por sua responsabilidade na generalizada violação dos direitos humanos durante as mobilizações. Se a acusação for aprovada no Senado, além do processo, ele ficará inabilitado a cargos públicos por cinco anos.

No mesmo dia de quinta-feira, o Conselho de Defesa do Estado apresentou denúncia contra os carabineiros do 51º Comissariado por tortura e abusos sexuais. Piñera deu uma semana de prazo para que o diretor geral dos Carabineiros, Mario Rozas, dê "explicações".

Polícia italiana prende elementos que queriam montar um partido nazifascista

A polícia italiana informou, dia 28, da detenção de nazifascistas que queriam montar um partido "pró-Nazi, xenófobo e antisemita".

Segundo o informe policial a intenção deles era criar um partido denominado Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores da Itália, nome que é uma cópia do utilizado pelo partido nazista alemão (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães).

Segundo ainda diz a nota, a quadrilha tinha material de propaganda alusivo a Hitler e Mussolini, além de armamento, localizado em 19 residências espalhadas por 16 cidades italianas.

Entre as armas localizadas há rifles, pistolas e material explosivo.

Agências de notícias destacam que o grupo mantinha contatos em



Armas e material de propaganda nazifascista

pelo menos três países europeus: Inglaterra, França e Portugal.

Pelas leis italianas, é crime a apologia ou a defesa do fascismo ou atividades no sentido de reviver partidos fascistas.

Segundo ainda a polícia, o exame do programa deste grupo revela pessoas alinhadas com o "mesmo fanatismo ide-

ológico e buscando criar um movimento abertamente pró-Nazi e negacionista [o negacionismo contesta fatos da história na tentativa de encobrir os morticínios nazistas na Segunda Guerra Mundial, incluindo o massacre de milhões de judeus europeus]."

O número de detidos ainda não foi informado.

Em visita a um hospital na cidade Boliviana de El Alto, o repórter do HP entrevistou alguns dos feridos nos massacres de manifestantes

LEONARDO WEXELL SEVERO, de El Alto, Bolívia*

“Em Senkata os militares miravam, acertavam e riam muito quando alguém caía. Estávamos indefesos, não tínhamos armas, nada. Eles vieram com tanques e helicópteros, os mesmos que o presidente Evo Morales os havia equipado para defender nossas fronteiras”.

O relato da traição, extremamente objetivo, foi dado em seu leito por Ruben Hidalgo, uma das vítimas do massacre realizado no bairro de Senkata, em El Alto, ainda hospitalizada. Com a tibia completamente esfaqueada por um tiro de fuzil, ele nos conta pausadamente tudo o que viu e viveu naquela terça-feira, 19 de novembro, com a convicção de que “é preciso lutar por justiça”.

Naquele dia, “em que havia muita fumaça e helicópteros” em El Alto, a autoproclamada presidenta Jeanine Añez determinou uma megaoperação policial-militar para retomar a unidade da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), ocupada por manifestantes contrários ao golpe. Nacionalizada pelo governo de Evo Morales, a estatal é um dos símbolos maiores do orgulho e da autoestima bolivianas, e tem sido central no aporte ao desenvolvimento soberano e à redistribuição de renda.

Trabalhador da construção civil e chofer, Ruben estava sem ter o seu ganha pão diário, pois tudo estava paralisado do ponto de vista das obras e dos caminhos, devido aos bloqueios. “Para ganhar algum dinheiro, eu e minha esposa decidimos vender suco. Deixei ela com um balde e avancei com dois para mais perto dos manifestantes. Foi tudo muito rápido, quando vi estávamos sendo perseguidos por tanques. Fizemos uma pequena pausa e nem senti a dor. Voltei a cair. Vi que não conseguir ficar em pé.

Então uns moradores me subiram de carona numa bicicleta e me levaram a um centro de saúde muito humilde onde nos disseram que não tinham o equipamento necessário para fazer aquele tipo de cirurgia. E cheguei ao Hospital Holandês e fui privilegiado de ter sido salvo porque muitos morreram pelo sangue que perderam”.

“Diferente dos profissionais de saúde que foram extremamente ágeis e excepcionais, salvando nossas vidas”, relatou Ruben, “havia gente na porta que agredia e até roubava nossos familiares, e eu me senti impotente”.

Sua esposa, Marley Losa, recordou com muita raiva de ter o seu celular roubado, “com todas as fotos e filmagens daquela covardia” e que logo mais viu no canal 4 alguns dos vídeos sendo utilizados fora de contexto.

“Lembro que os helicópteros sobrevoavam e que as pessoas gritavam: ajudem, e se desesperavam dizendo haver uma criança baleada. Não deu tempo. Seis tanques baixaram e começaram a disparar. Os helicópteros também lançavam gazes e disparavam. Eu me joguei no chão e, antes que o meu marido conseguisse se proteger, foi atingido. Tentaram cozer a perna para parar a hemorragia”, disse Marley.

COMANDO RACISTA

O comando racista era tão evidente, explica Marley, “que havia um ódio dirigido especialmente con-

tra as senhoras de pollera (as saias indígenas), que os soldados faziam com que se ajoelhassem. Um senhor mais velho se ajoelhou e abriu os braços suplicando para que o matassem, mas poupassem os seus filhos, os jovens, que tinham muito ainda para viver. Mas os militares os mataram a sangue frio. E foram muitos”.

Pergunto sobre os números de vítimas, completamente destoantes das cifras oficiais. Ao que ela responde: “são tantos os desaparecidos, corpos jogados no monte Ilimany, no vale Achocalla e no monte de Villa Ingenio”. “O fato é que todos têm medo de falar, por nada no mundo querem se arriscar, mas o fato é que há muito mais mortos. Logo vão me parar porque os policiais e militares estão vendidos”, acrescentou.

De acordo com Marley, “diferente do governo de Evo, em que tínhamos as nossas coisas e vivíamos bem, hoje, para eles, os humildes não temos boca, somos inservíveis, um lixo”. “Agora que já tiraram Evo podem matar a troca de nada e contam com o silêncio cúmplice dos meios de comunicação local para esconder a verdade. Prova disso é que depois do massacre desviaram o trânsito para fazer uma varredura e limpar as provas e ninguém informou sobre isso”, relatou.

Marley nos contou que seus filhos, um casal que preferiu não dizer o nome, “por medo de que sejam perseguidos”, ainda não foi informado da gravidade das feridas do pai. “No Acordo de Paz o governo disse que ia custear os gastos das famílias com a saúde, mas nós estamos pagando do próprio bolso vários medicamentos que o hospital não dispõe. Nós não temos mais dinheiro e Ruben está aguardando a placa ortopédica para que possa voltar a andar”, frisou.

TIROS

Estudante e trabalhador de 18 anos, Félix Calle Figueroa ajudava a mãe na venda de chunio, a gostosa papa desidratada dos aymarás, “quando do nada senti uma bala na minha perna”. “Eu não sabia de onde vinham os tiros, só que eram muitos, como muitos eram os militares. Eu sangrava de montão e me levaram para uma casa em que um enfermeiro me salvou amarrando um pano bem forte para que parasse a hemorragia. Não lembro de mais nada”, descreveu.

Depois disso denunciou que viu quatro policiais indo até o hospital para ameaçar de que seria levado até a penitenciária em que teria de responder por vários crimes. “Tenho uma bala alojada numa zona de risco, ao lado do testículo, e que dizem que vai demorar mais de um ano para o corpo repelir ou que vai se adaptar. Dizem que vamos ter de responder por processos. Vou perder o ano letivo e estou me sentindo muito mal. Porque agora não temos mais um presidente, temos ditadores, gente que queima nossa Whipala, que nos discrimina”.

Neste sábado, o “ministro” da Defesa, Fernando López, voltou a afirmar que “o Exército não disparou um só projétil em Senkata”, ao mesmo tempo em que o governo alega que está pagando os gastos clínicos das vítimas.

*Leonardo Severo integra o Coletivo de Comunicação Colaborativa Comunicasul

Após morte de 400 pessoas, premiê do Iraque renuncia

O parlamento iraquiano aceitou no domingo (1º) a renúncia do primeiro-ministro Adel Abdul Mahdi, após dois meses de protestos contra a corrupção, o desemprego, os apagões e o colaboracionismo, e depois que a principal autoridade religiosa xiita, aiatolá Ali Al Sistani, convocara o legislativo para afastá-lo e deter a violência e o caos, depois de 400 mortos nos protestos – a maioria jovens – e 15 mil feridos.

No domingo, os funerais das numerosas vítimas se tornaram em novas manifestações pelo fim do regime instaurado sob a ocupação norte-americana e a cumplicidade dos pró-iranianos, e caracterizado pela divisão “sectária” do assalto à renda do petróleo, enquanto a maioria dos iraquianos vive na miséria.

É duvidoso que a renúncia amaine os protestos, ainda mais que, sob o tortuoso sistema instaurado pelos marines, o primeiro-ministro terá de ser forçosamente de um dos três partidos oficiais xiitas, que estão sendo repudiados nas ruas como ladrões e colaboracionistas. Uma troca de seis por meia dúzia.

Pela constituição parida por W. Bush, o presidente iraquiano tem de ser “curdo” e o vice, “sunita”. Claro que, todos ladrões e colaboracionistas. É este sistema de pilhagem sob roupage sectária que está implodindo no Iraque.

Ainda, Mahdi continua interino até que haja novo governo, e os partidos xiitas têm 15 dias para chegar ao nome de um candidato. No ano passado, sob condições menos críticas, as negociações pelo governo, isto é, pelo botim, levaram meses. É difícil que os manifestantes queiram esperar tanto.

Nos funerais dos mártires, uma palavra de ordem começa a ecoar: “depois de Mahdi, fora os políticos corruptos e fora o Irã”. Em Mossul, segunda maior cidade iraquiana, de maioria de iraquianos de fé sunita, centenas de estudantes marcharam, de luto, no domingo, em homenagem aos mártires e apoio aos protestos. Na província de Saladino, foi declarado luto de três dias.

A gota d'água para a renúncia de Mahdi foi a ensandecida sangreira na quinta-feira, com as forças de segurança matando 46 pessoas em Nassíria, 18 em Najaf e quatro em Bagdá. No dia seguinte, mais 21 manifestantes assassinados. Na quarta-feira, o cerco e ateamamento de fogo ao consulado do Irã por um grupo não identificado, na cidade sagrada de Najaf, desencadeou a fúria homicida entre milicianos e tropas de choque a serviço do governo.

No domingo, mais mortes: um em Bagdá, perto de uma ponte, com mais nove feridos; e em Nassíria, dois manifestantes, que não resistiram aos ferimentos nos confrontos anteriores.

Os protestos também atingem Hila, Kut, Amara, Kerala e Basra, com a maioria dos prédios públicos e escolas fechados. Estão sendo bloqueados, ainda, acessos a instalações e campos de petróleo em algumas áreas e até portos.

O que precipitou o pedido de renúncia foi a convocação feita em sermão televisionado por Sistani, instando as forças do governo a pararem de matar manifestantes, pedindo aos próprios manifestantes que rejeitassem “toda a violência” e advertindo contra “a volta da ditadura”.

O aiatolá enfatizou que o regime Mahdi “parece ter sido incapaz de lidar com os eventos dos últimos dois meses” e recomendou explicitamente que “o parlamento, do qual o atual governo emergiu, reconsidere suas escolhas e faça o que é do interesse do Iraque, para preservar a vida de seus filhos e evitar que o país afunde na violência, caos e destruição”.

Antes de prometer renunciar, Mahdi tentara remendar a situação exonerando o comandante militar de Nasíriya que ele mesmo nomeara horas antes, diante da indignação provocada por 46 civis mortos, só num dia, em apenas uma cidade.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Bilionário Bloomberg se apresenta contra Trump na disputa pela Presidência

Chega de intermediários na democracia: o bilionário Michael Bloomberg anunciou sua pretensão de disputar a presidência dos EUA – pelo partido Democrata – com o também bilionário Donald Trump.

O duelo de cifrões é mais uma confirmação de que há nos EUA “a melhor democracia que se possa comprar”, num país onde a Suprema Corte considerou que despejar uma Himalaia de dólares nas campanhas eleitorais via os chamados PAC faz parte da “liberdade de expressão dos magnatas”.

Com as evidências de corrupção fazendo a campanha do ex-vice Joe Biden murchar, eis que, segundo a mídia liberal, “outra voz moderada” é acrescentada ao já enorme pelotão de pré-candidatos democratas à Presidência. Em março, Bloomberg, que é ex-prefeito de Nova Iorque – aliás, como o advogado pessoal de Trump, Rudy Giuliani –, havia dito que não se lançaria candidato à presidência este ano.

Bloomberg lançou sua campanha com anúncios estimados em US\$ 100 milhões. “Não podemos permitir mais quatro anos das ações imprudentes e anti-

éticas do presidente Trump”, asseverou o magnata, prometendo “reconstruir os EUA”, seja lá isso o que for, mas provavelmente é só um slogan choco para competir com “Faça a América Grande de Novo”, já patenteada pelo adversário. Ao mesmo tempo em que foi lançada a candidatura de Bloomberg, segundo o portal norte-americano Politico, o ex-presidente Barack Obama disse a assessores a portas fechadas no início deste ano que ele se oporia ativamente a qualquer Bernie Sanders se este abrisse uma grande vantagem na corrida presidencial democrata de 2020.

No início deste mês, Obama disse a uma sala cheia de doadores ricos – estava oferecendo os préstimos da Fundação que leva seu nome – que estava preocupado com “a ala ativista” democrata e com as tuitadas “esquerdistas”... acrescentando segundo o New York Times que “o americano médio não acha que precisamos demolir completamente o sistema e refazê-lo”.

Materia completa em www.horadopovo.com.br

Cineasta John Pilger: ‘as mentiras sobre Assange têm que parar’



Cineasta e jornalista John Pilger no lançamento do livro “Em defesa de Assange”

Macron defende amplo debate da proposta russa de moratória de mísseis na Europa

O presidente da França, Emmanuel Macron, reiterou na quinta-feira (28) que é preciso discutir a proposta russa de uma moratória na instalação de mísseis nucleares de curto e médio alcance (INF), e que esta iniciativa não pode “simplesmente ser descartada”. “Vamos falar sério, é sobre a segurança da Europa que estamos falando”, acrescentou.

Em agosto, o Tratado INF que banuiu desde 1987 os mísseis nucleares de alcance intermediário do teatro europeu foi extinto, por iniciativa do regime Trump. Na década de 1980, com as principais capitais a minutos da destruição nuclear, o que causou gigantescas manifestações pela paz, levou à assinatura do acordo por Washington e Moscou.

Imediatamente após o término formal do Tratado INF, a Rússia propôs aos países europeus e aos EUA uma moratória na instalação desses na Europa.

No início da semana, jornais alemães afirmaram que Macron enviou em outubro uma carta a Putin sinalizando a disposição de discutir a proposta “em detalhe”.

Após se reunir com o

secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, Macron reafirmou ter aceitado a proposta russa. Declaração que foi o que mereceu a desinteressada atenção da mídia imperial. Também é de Macron a afirmação de que a Otan está “sob morte cerebral”, que tanta repercussão causou na Europa. Macron insistiu em ter a iniciativa russa “como base para a discussão”. Ele convocou os parceiros europeus a terem voz ativa nas negociações pós Tratado INF.

“O tratado INF foi revogado pelos Estados Unidos, mas lembro que é nossa segurança que está em jogo. A dos nossos aliados europeus”, ressaltou o presidente francês.

“Isso implica que os europeus devem se envolver neste futuro tratado. Não podemos terceirizar nossa segurança para um acordo bilateral em que nenhum europeu é um participante.”

Reconhecendo preocupações no leste europeu sobre suas iniciativas diplomáticas em relação à Rússia, Macron disse que a França seria “intransigente” em defender a soberania dos aliados europeus se

eles fossem atacados.

“Mas a ausência de diálogo com a Rússia tornou o continente europeu mais seguro? Acho que não – acrescentou.

Já em agosto, Macron defendeu a inclusão da Rússia em um novo sistema de segurança na Europa, ao se encontrar com o convidado Vladimir na residência mediterrânea de Fort de Brégonçon.

Em setembro, realizou-se em Moscou uma reunião de alto nível entre os ministros das Relações Exteriores e da Defesa dos dois países.

No início de outubro, Paris apoiou a restauração de todos os direitos da delegação russa na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Até agora, os países da OTAN, liderados pelos EUA, mantiveram uma atitude comum e negativa em relação às ofertas russas para proteger a arquitetura de segurança da Europa. Em outro terreno de preocupação comum, no próximo dia 9 será retomada a discussão sobre a paz na Ucrânia, no chamado Formato Normandia, com a presença da França, Alemanha, Ucrânia e Rússia.

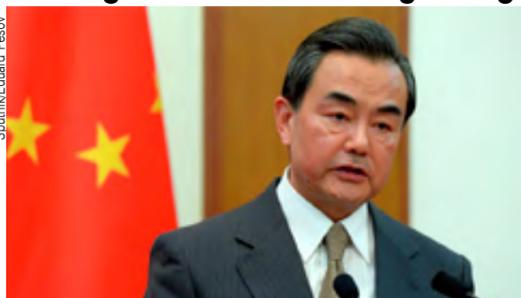
China afirma que Washington deve encarar consequências da ‘ingerência em Hong Kong’

O Ministério das Relações Exteriores da China advertiu os EUA de que devem arcar com as consequências das contramedidas de Pequim se continuarem a “agir arbitrariamente” em relação a Hong Kong; e que a interferência de Washington nas questões internas chinesas “está fadada ao fracasso”. As declarações se seguiram à assinatura pelo presidente Donald Trump de lei do Congresso para impor anualmente uma “avaliação” sujeita à decretação de sanções.

Washington “ignorou os fatos” e “apoiou descaradamente radicais violentos que se opõem ao Estado de Direito” em Hong Kong, afirmou o Ministério das Relações Exteriores na quinta-feira, após a entrada em vigor nos EUA da lei norte-americana da “Democracia e Direitos Humanos de Hong Kong”. Trump assinou também uma ridícula lei para banir exportações de gás lacrimogêneo e algemas de fabricação norte-americana para a China – se é que os EUA ainda fabricam isso internamente.

A China afirmou, ainda, que essa lei não passa de uma tentativa de “prejudicar a prática de um país, dois sistemas” e o caminho do rejuvenescimento nacional chinês” e apontou que a descarada interferência unirá o povo chinês contra “as intenções sinistras e a natureza hegemônica” de Washington.

Também o governo local de Hong Kong condenou a lei por interferir em seus assuntos internos” e advertiu que ela é prejudicial às relações com os EUA, lembrando que Hong Kong é a região do mundo que propicia aos EUA o maior superávit positivo de sua muito no vermelho balança comercial. Em Hong Kong, alguns mi-



Ministro de Relações Exteriores da China, Wang Yi

lhares de manifestantes, com profusão de bandeiras norte-americanas, comemoraram o feriado norte-americano de ação de graças e a assinatura por Trump da lei de ingerência.

Os protestos de Hong Kong começaram em maio, coincidentemente com o agravamento da guerra tarifária de Trump, sob pretexto de um projeto de lei de extradição, apresentado depois do clamor gerado pelo assassinato de uma jovem de Hong Kong pelo namorado durante viagem a Taiwan, com a qual não existia legislação de extradição, permitindo a impunidade do criminoso.

Ex-colônia britânica, arrancada a canhoneiras da China para impor o tráfico de ópio, Hong Kong desde 1997 vive sob um estatuto de autonomia, em que está mantido o sistema ultraliberal e o número recorde de bilionários, enquanto boa parte da população mora em cubículos. Também continua sendo um centro de especulação internacional, mas sua importância diminuiu muito desde 1997, caindo de uma economia equivalente

“No centro dessa luta notável está um ser humano cujo caráter tem demonstrado a mais surpreendente coragem. Eu o saúdo”. Assim concluiu Pilger, referindo-se a Assange

No lançamento do livro Em Defesa de Assange, uma coletânea de artigos de personalidades como o jornalista e cineasta John Pilger, o escritor Tariq Ali, o ex-embaixador Craig Murray, a estilista Vivienne Westwood e a atriz Pamela Anderson, pela imediata libertação e fim da perseguição ao fundador do WikiLeaks e denunciante dos crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão, Pilger proferiu um discurso, que transcrevemos a seguir, divulgado sob o título “As mentiras sobre Assange têm que parar”. O ato ocorreu em Londres no sábado (23).

Jornais e outras mídias nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália declararam recentemente uma paixão pela liberdade de expressão, especialmente o direito de publicar livremente. Eles estão preocupados com o “efeito Assange”.

E como se a luta dos reveladores da verdade como Julian Assange e Chelsea Manning fosse agora um aviso para eles: que os bandidos que arrastaram Assange para fora da embaixada equatoriana em abril podem um dia vir para cima deles.

Um refrão comum foi repetido pelo Guardian na semana passada. A extradição de Assange, disse o jornal, “não é uma questão de quão sábio é o Sr. Assange, menos ainda de quão agradável. Não é sobre seu caráter, nem seu julgamento. É uma questão de liberdade de imprensa e do direito do público de saber”.

O que o Guardian está tentando fazer é separar Assange de suas realizações marcantes, que fizeram o Guardian lucrar e expuseram sua própria vulnerabilidade, juntamente com sua propensão a aderir ao poder voraz e difamar aqueles que expõem seus padrões duplos.

O veneno que alimentou a perseguição a Julian Assange não é tão óbvio neste editorial quanto costuma ser; não há ficção sobre Assange espalhando fezes nas paredes da embaixada ou ser horrível com seu gato.

Em vez disso, as dúvidas referências a “caráter” e “julgamento” e “simpatia” perpetuam uma difamação épica que tem agora quase uma década de duração.

Nils Melzer, relator das Nações Unidas sobre tortura, usou uma descrição mais adequada. “Houve”, escreveu ele, “uma campanha implacável e desenfadada de linchamento público”. Ele explica o assédio moral como “um fluxo interminável de declarações humilhantes, degradantes e ameaçadoras na imprensa”. Esse “acúmulo de ridicularização” equivale a tortura e pode levar à morte de Assange.

Tendo testemunhado muito do que Melzer descreve, posso garantir a verdade de suas palavras. Se Julian Assange sucumbir às crueldades que o assolaram, semana após semana, mês após mês, ano após ano, como alertam os médicos, jornais como o Guardian compartilharão a responsabilidade.

Alguns dias atrás, Nick Miller, o homem do Sydney Morning Herald em Londres, escreveu uma matéria indolente e capciosa, intitulada “Assange não foi inocentado, ele apenas enganou a justiça”. Ele estava se referindo ao abandono da Suécia da chamada investigação de Assange.

O relatório de Miller não é atípico por suas omissões e distorções, enquanto se disfarça como uma tribuna dos direitos das mulheres.

Não há trabalho original, nem inquérito real: apenas difamações.

Não há nada sobre o comportamento documentado de uma ninhada de fanáticos suecos que sequestraram as “alegações” de má conduta sexual contra Assange e fizeram uma zombaria da lei sueca e da decência da sociedade.

Ele não menciona que, em 2013, o promotor sueco tentou abandonar o caso e enviou um e-mail ao Ministério Público da Coroa (CPS) em Londres para dizer que não iria mais buscar um mandato de detenção europeu, ao qual recebeu a resposta: “Não se atreva!!!” (Obrigado a Stefania Maurizi, do La Repubblica).

Outros e-mails mostram o CPS desencorajando os suecos de virem a Londres para entrevistar Assange – prática comum – bloqueando assim o progresso que poderia tê-lo libertado em 2011.

Nunca houve uma acusação. Nunca houve acusações. Nunca houve uma tentativa séria de fazer “alegações” a Assange e questioná-lo – comportamento que o Tribunal de Apelação sueco considerou negligente, e o Secretário Geral da Ordem dos Advogados da Suécia condenou desde então.

Ambas as mulheres envolvidas disseram que não houve estupro. Evidências escritas críticas de suas mensagens de texto foram intencionalmente negadas aos advogados de Assange, claramente porque minavam as “alegações”.

Uma das mulheres ficou tão chocada com a prisão de Assange, que acusou a polícia de passar por cima dela e alterar sua declaração testemunhada. A promotora-chefe, Eva Finne, afastara a “suspeita de qualquer crime”.

O homem do Sydney Morning Herald omite como um político ambicioso e comprometido, Claes Borgstrom, surgiu por trás da fachada liberal da política sueca e efetivamente se apossou do caso e o reviveu.

Borgstrom contratou uma ex-colaboradora política, Marianne Ny, como a nova promotora. Ny se recusou a garantir que Assange não seria enviado para os Estados Unidos se ele fosse extraditado para a Suécia, embora, como o The Independent relatou, “discussões informais já tivessem ocorrido entre as autoridades americanas e suecas sobre a possibilidade do fundador do WikiLeaks. Julian Assange ser entregue sob custódia americana, segundo fontes diplomáticas”.

Esse era um segredo aberto em Estocolmo. O fato de que a Suécia libertária tinha um passado sombrio e documentado de entregar pessoas às mãos da CIA não era novidade.

O silêncio foi quebrado em 2016, quando o Grupo de Trabalho das Nações Unidas para Detenção Arbitrária, um órgão que decide se os governos estão cumprindo suas obrigações de direitos humanos, decidiu que Julian Assange foi detido ilegalmente pela Grã-Bretanha e pediu ao governo britânico que o libertasse.

Os governos da Grã-Bretanha e da Suécia haviam participado da investigação da ONU e concordado em cumprir sua decisão, que carregava o peso do direito internacional.

O secretário de Relações Exteriores britânico, Philip Hammond, levantou-se no Parlamento e passou por cima do painel da ONU.

Leia a íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

Algumas notas sobre Losurdo - (4)

Continuação da edição anterior

Domenico Losurdo faleceu em junho de 2018. Registremos que, apesar de nossas observações, ele tem o mérito de, em um meio adverso, haver tocado em um assunto envolto em dogmas, histeria e reações persecutórias. Foram raros os acadêmicos com essa coragem

CARLOS LOPES

Pode-se dizer muito sobre o que dizem os “adversários” de Roosevelt.

Mas que importância isso tem? Ou o “estado de não exceção” – portanto, a regra – seria algo como a situação do governo Hoover, com milhões de desempregados sem qualquer perspectiva, exceto a morte pela fome, inclusive de seus filhos?

Losurdo, evidentemente, não disse isso. O que é, aqui, chamado de “estado de exceção” é a própria crise iniciada em 1929.

No entanto, as crises são inevitáveis no capitalismo monopolista – são rigorosamente produzidas pelo domínio sem peias dos cartéis, dos monopólios financeiros – e, ao contrário das crises no capitalismo concorrencial, deixadas à solta elas levam, no máximo, à estagnação, ao “equilíbrio do desemprego” afirmado por Keynes:

“... a situação de equilíbrio em regime de *laissez-faire* será aquela em que o emprego seja bastante baixo e o nível de vida suficientemente miserável para levar as poupanças a zero. O mais provável é que haja um movimento cíclico em redor desta posição de equilíbrio” (cf. J.M. Keynes, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, trad. Mário R. da Cruz, Nova Cultural, 1996, p. 214).

Então, por que chamar a situação dos EUA na década de 30 de “estado de exceção”?

E por que a carga sobre Roosevelt, cuja medida mais radical – o programa estatal anti-monopolista, o National Recovery Act (NRA) –, apesar de aprovada no Congresso, foi barrada pela Suprema Corte?

O que isso “dá o que pensar” é que a “regra”, a “não exceção”, para Losurdo, é o marasmo habitual das democracias burguesas nos países centrais.

LEGALIDADE

Porém, voltemos à URSS.

Do outro ponto de vista em que se pode examinar a expressão “estado de exceção” – o ponto de vista do Estado – não se pode dizer que haja um “estado de exceção” na URSS: a primeira Constituição Soviética foi aprovada já em 1918, a segunda em 1936.

Entretanto, Kruschew, no “relatório secreto”, espargiu acusações de que a “legalidade socialista” fora infringida por Stalin.

O caso não foi provado – para usar uma expressão do direito anglo-saxônico que está na moda.

Pelo contrário, a destituição de Nikolai Ejov do Comissariado do Povo para Assuntos Internos (NKVD), exatamente por infrações à legalidade, partiu do próprio Stalin, assim como foi ele – com Molotov – que assinou a seguinte ordem, a 11 de novembro de 1938:

“O Conselho dos Comissários do Povo e o Comitê Central do PC(b) da URSS decidem:

“Proibir aos órgãos do NKVD e da Procuradoria de efetuar quaisquer operações maciças de prisão e deportação.

“O CCP e o CC do PC(b) previnem todos os funcionários do NKVD e da Procuradoria que, pela menor infração às leis soviéticas e às diretivas do Partido e do Governo, cada funcionário, fora de qualquer consideração pessoal, será objeto de procedimentos judiciais severos.

“V. Molotov, J. Stalin” (cit. in Ludo Martens, *Un Autre Regard Sur Staline*, EPO, deuxième impression, 2003, p. 207).

Além disso, desde 2006 foram publicados os depoimentos

de Ejov e seu segundo no NKVD, Mikhail Frinovsky (ambos foram julgados e condenados à pena de morte por violações à lei da URSS).

Em 2010, o professor norte-americano Grover Furr realizou uma tradução para o inglês dos depoimentos de Ejov: *Interrogations of Nikolai Ezhov, former People’s Commissar for Internal Affairs*, e, também, *Transcript of the interrogation of the arrested person Ezhov, Nikolai Ivanovich, of April 26 1939*.

Grover Furr resumiu o conteúdo desses interrogatórios em seu livro *Khrushchev Lied* (Erythros Press and Media, 2011, sobretudo pp. 53-56).

Temos ainda o testemunho do próprio Stalin, nas memórias de Alexander Sergueievich Yakovlev, o projetista de aeronaves (cf. A.S. Yakovlev, *Цель жизни*, Politizdat, Moscou, 1973, p. 264), sobre as ilegalidades cometidas por Ejov.

Mas, certamente, a alguns parecerá suspeito o testemunho de Stalin, principalmente pela proximidade dos acontecimentos e de sua conversa com Yakovlev.

Mas existe, também, o relato de Molotov, em 1973 – portanto, 36 anos após os acontecimentos a que Kruschew se refere em suas acusações (cf. *Molotov Remembers – Conversations with Felix Chuev*, Ivan R. Dee Inc., Chicago, 1993, pp. 291-294).

Todos são concordantes em que – e Molotov diz isso explicitamente – o erro que pode ser imputado a Stalin e à direção do PCUS foi a excessiva confiança na cúpula do NKVD.

Não foi um erro pequeno (que foi reconhecido publicamente na decisão de novembro de 1938, quando se diz que a simplificação dos procedimentos investigatórios e judiciais somente poderia conduzir “à aparição de numerosos e graves erros no trabalho do NKVD e da Procuradoria”).

O próprio Stalin disse isso a Yakovlev.

Mas deixar intocada a contrarrevolução, a quinta-coluna, dentro da URSS, às vésperas da mais feroz das guerras, teria sido um erro imensamente maior, provavelmente irreparável.

CAMPO

Losurdo não parece interessado em entrar nesses problemas.

Nem naquilo que houve durante a coletivização da agricultura.

Por exemplo, diz ele: “... o universo concentracionário alcança o seu ápice na onda da coletivização forçada da agricultura e do punho de ferro contra as tendências burguesas e pequeno-burguesas dos camponeses” (grifo nosso).

A coletivização da agricultura foi a eliminação, enquanto classe, do “kulak”, a burguesia agrária. Portanto, não foram as tendências pequeno-burguesas dos camponeses (inevitáveis, pois os camponeses parcelares, os pequenos proprietários ou arrendatários, são pequeno-burgueses) que foram tratadas com “punho de ferro”.

Em um país com 160 milhões de camponeses, havia, na URSS, cerca de 10 milhões de kulaks, ou seja, patrões agrários, burgueses agrários.

Muito depois, Winston Churchill descreveria, sobre sua primeira viagem a Moscou, durante a II Guerra:

“Já passava da meia-noite e Cadogan [Sir Alexander Cadogan, do Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra] não havia aparecido com o rascunho do comunicuê.

“Diga-me”, perguntei [para Stalin], “as tensões desta guerra têm sido para o senhor, pes-



soalmente, tão ruins quanto a execução da política das fazendas coletivas?”

Esse assunto despertou imediatamente o marechal. “Oh, não!”, disse ele. “A política das fazendas coletivas foi uma luta terrível.”

“Achei que o senhor a teria achado ruim, porque não lidava com uns poucos milhares de aristocratas ou grandes latifundiários, mas com milhões de homens do povo.”

“Dez milhões”, disse ele, erguendo as mãos. “Foi assustador. Durou quatro anos. Era absolutamente necessário para a Rússia, para evitarmos os ciclos periódicos de fome, que a terra fosse arada com tratores. Precisávamos mecanizar nossa agricultura. Quando demos tratores aos camponeses, todos se estragaram em poucos meses. Só as fazendas coletivas, que tinham oficinas, conseguiam lidar com tratores. Tivemos o maior cuidado de explicar isso aos camponeses. Mas não adianta discutir com eles. Depois que você diz tudo o que pode a um camponês, ele diz que tem de ir em casa e conversar com a mulher, e que precisa consultar seu cão pastor.” (Essa expressão era nova para mim nesse contexto.)

“Depois de conversar com eles, ele vem e sempre responde que não quer a fazenda coletiva e prefere ficar sem os tratores.”

“Isso era o que vocês chamam de *kulaks*?”

“E”, disse ele, sem repetir a palavra. E, depois de uma pausa: “Foi tudo muito ruim e difícil; mas necessário.”

“Que aconteceu?”, perguntei. “Ah, bem, muitos deles concordaram em se associar conosco. Alguns receberam sua própria terra para cultivar, na província de Tomsk, ou na província de Irkutsk, ou mais ao norte, mas a grande maioria era muito impopular e foi liquidada por seus trabalhadores.”

Houve uma pausa considerável. E então: “Não só aumentamos largamente o abastecimento de alimentos, como também melhoramos incomparavelmente a qualidade dos grãos. Costumava-se plantar toda sorte de grãos. Agora, ninguém tem permissão de semear nada senão o grão soviético padrão, de uma ponta a outra deste país. Se não plantarem, serão tratados com severidade. Isso significa outro grande aumento no abastecimento de alimentos.”

O comentário de Churchill

também é interessante:

“Vou registrando estas lembranças tal como me vêm à mente, bem como a vívida impressão que tive, naquele momento, de milhões de homens e mulheres sendo eliminados ou deslocados para sempre. Por certo viria uma geração para a qual seus sofrimentos seriam desconhecidos, mas ela com certeza teria mais o que comer e bendiria o nome de Stalin. Não repeti o dito de Burke — ‘Se eu não puder fazer uma reforma sem injustiça, não farei reforma alguma’. Com a Guerra Mundial grassando a nossa volta, pareceu-me inútil recitar moralismos” (cf. Winston S. Churchill, *Memórias da Segunda Guerra Mundial*, trad. Vera Ribeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 722-724).

Churchill não é, exatamente, o autor mais preciso do mundo quando seu assunto são os comunistas – ou mesmo Stalin, de quem, parece, gostava pessoalmente. Muito menos quando o assunto é a coletivização do campo soviético, ou seja, a expropriação dos “kulaks”.

Mas, aqui, queremos destacar apenas um trecho.

Segundo Churchill, ao responder sobre o que ocorreu, Stalin disse:

“Ah, bem, muitos deles concordaram em se associar conosco. Alguns receberam sua própria terra para cultivar, na província de Tomsk, ou na província de Irkutsk, ou mais ao norte, mas a grande maioria era muito impopular e foi liquidada por seus trabalhadores.”

Ainda que Churchill possa ter entendido errado ou esteja deformando, o que fica disso é que a maioria dos camponeses revoltou-se contra os “kulaks”.

É algo plenamente comprovado pelos contemporâneos. Por exemplo:

“Viajei através do país naqueles anos e sei como tudo isso se passou. (...) Vi como a coletivização eclodiu, qual tempestade, no Baixo Volga, no outono de 1929. Foi uma revolução que fez mudanças mais profundas que a Revolução de 1917, da qual foi o fruto maduro. Os assalariados agrícolas e os pobres assumiram a iniciativa na esperança de melhorar a sua situação com a ajuda do Estado. Os *kulaks* combatiam ferozmente o movimento dos *kolkhozes* [cooperativas agrícolas] por todos os meios

possíveis, incluindo incêndios e assassinatos. Os camponeses médios, que compunham o grosso do campesinato, no começo vacilaram entre a esperança de se tornarem *kulaks* e o desejo de receber máquinas do Estado. Mas quando viram que o plano quinquenal lhes assegurava tratores, essa imensa massa de camponeses começou a ingressar nos *kolkhozes*: aldeias, distritos e regiões inteiras aderiram ao movimento” (cf. Anna Louise Strong, *The Stalin Era*, Mainstream Publishers, New York, 1956, pp. 35-36).

Por isso, dizer que “o universo concentracionário alcança o seu ápice na onda da coletivização forçada da agricultura” ou falar “do punho de ferro contra as tendências burguesas e pequeno-burguesas dos camponeses” é um falseamento da realidade.

SITUAÇÕES

Houve época em que a única fonte possível para os que queriam chegar à verdade – pois a verdade existe – era o material divulgado por aqueles que se propunham a mentir ou não se preocupavam, em nada, com a verdade.

Como escreveu, em 1992, Cláudio Campos:

“Já que, desde a década de 50, os arquivos secretos de todo o mundo tomaram-se muito mais acessíveis à direita do que à esquerda, o remédio é esquadriñar essas patranhas, e extrair delas o que for possível. Confrontadas com o que sabemos de outras fontes, elas sempre nos fornecem alguns elementos interessantes...” (cf. Cláudio Campos, *A constelação dos falsificadores da História*, in *A História Continua*, 1ª ed., 1992, p. 5).

Essa situação já mudara – começara a mudar desde 1993, quando acabou a primeira publicação sobre os arquivos soviéticos, abertos em 1989 – quando Losurdo, em 2008, publicou o seu livro.

Nessa época, praticamente todo o conteúdo – ou, pelo menos, o mais importante – dos arquivos soviéticos já era público.

Por isso, é estranho que Losurdo recorra a tantos autores do tipo Robert Conquest, Nicolas Werth ou Simon Montefiore – sujeitos que pretendem ganhar dinheiro às custas da campanha anticomunista, aquela que



sempre mata o marxismo duas vezes por ano...

Ao mesmo tempo, ele parece ignorar completamente os autores de esquerda que desbravaram esse terreno – e as informações oriundas dos arquivos soviéticos.

Entretanto, pode existir uma justificativa para esse uso preferencial de autores reacionários, ainda que seja, precisamente, o que outros já fizeram: mostrar sua incoerência.

Especialmente em relação a Trotsky, Losurdo consegue fazer isso bastante bem. Em relação a outros, nem tanto. Mas como Trotsky é a fonte original da maioria da “argumentação” dos ataques anticomunistas – dos ataques contra Stalin – o trabalho de Losurdo, nesse sentido, é importante.

O problema, como já vimos, consiste naquilo que Losurdo absorve ou aceita desses autores reacionários (inclusive o que considera “fora de discussão”, como mencionamos).

Por fim, anotemos que o recurso de Losurdo a certos clichês (por exemplo, à “dialética” de Saturno – o deus que devorava os filhos – como inerente à revolução), expressa sua dificuldade em admitir a realidade da luta de classes.

O período 1914-1945 não é uma “nova Guerra dos Trinta Anos” – pois a heterogeneidade da luta nesse período impede essa comparação ou assimilação com a série de guerras que assolaram a Europa entre 1618 e 1648.

Não por acaso, o uso desse termo, aplicado ao período das duas guerras mundiais, teve origem em historiadores reacionários.

Da mesma forma, chamar o período que vai de 1914 a 1937 de “segundo período das desordens”, em referência ao Período das Desordens – que se seguiu à morte do czar Ivã IV (também conhecido por Ivã, o Terrível) até a consolidação da dinastia dos Romanov, em 1613 – não nos ajuda a entender, em nada, as lutas políticas dentro da URSS.

Quanto à suposta “dialética de Saturno”, depois de vitoriosa uma revolução, mas não completamente consolidada, é esperável que parte da luta contra o inimigo seja internalizada, ou seja, passe a ser uma luta entre os que antes estiveram unidos para realizar a revolução.

E não apenas porque, no momento da revolução, uniram-se representantes de vários projetos para o país e para a sociedade.

A questão mais importante é que o inimigo derrotado, por algum tempo, conserva mais força – inclusive a terrível força dos hábitos – do que o lado revolucionário recém vitorioso. Além disso, existe a pressão externa – e não é fácil, para alguns, manter a serenidade e evitar o pânico, diante do conjunto de dificuldades, internas e externas, com que se depara a revolução depois de sua vitória.

Se isso foi verdade no caso da Revolução Francesa, com os jacobinos predominando sobre os girondinos – e, depois, sobre a ala de Danton e Desmoullins –, mais verdade ainda no caso da Revolução Russa, em que a luta, depois da vitória, se instala abertamente, dentro do partido bolchevique, com a polêmica sobre o Tratado de Brest-Litovski, isto é, a paz com os alemães na I Guerra Mundial, em 1918.

Mas isso demandaria outro trabalho.

Por enquanto essas observações – embora haja outras – são as que nos pareceram mais importantes.

Domenico Losurdo faleceu em junho de 2018.

Registremos que, apesar de nossas observações, ele tem o mérito de, em um meio adverso, haver tocado em um assunto envolto em dogmas, histeria e reações persecutórias.

Foram raros os acadêmicos com essa coragem.